

# PROJETO PEDAGÓGICO

## CURSO DE BACHARELADO EM BIOMEDICINA

IEDA PACHECO CHAVES  
**PRESIDENTE**

PROF.<sup>o</sup>. DR. AÉCIO ALVES PEREIRA  
**DIRETOR GERAL**

PROF.<sup>o</sup> ME. DAWERSON DA PAIXÃO RAMOS  
**DIRETOR ADMINISTRATIVO**

PROF.<sup>o</sup> ESP. JOSÉ CLODOALDO SABINO PEREIRA  
**COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

PROF.<sup>o</sup>. DIEGO AVALO DE MORAES  
**COORDENAÇÃO DO CURSO**

PROF.<sup>o</sup>. DIEGO AVALO DE MORAES  
PROF.<sup>a</sup>. MARILU PALMA DE OLIVEIRA  
PROF.<sup>a</sup>. ANNA LUCIA DA SILVA  
PROF.<sup>o</sup>. RENER SANTOS DE CARVALHO  
PROF.<sup>o</sup>. JOSÉ APARECIDO MARTINS  
**NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO**

PROF.<sup>a</sup>. CARINNE ALÉSSIO DOS SANTOS  
PROF.<sup>a</sup>. CRISTIANE F. SILVEIRA  
PROF.<sup>a</sup>. JOSILAINE MAGNA DA SILVA LEMOS  
PROF.<sup>o</sup>. LUCIANO OSMAR MENEZES  
PROF.<sup>o</sup>. LUIZ CARLOS PEREIRA SILVA  
**ORGANIZAÇÃO, COLABORAÇÃO E REVISÃO**

## ÍNDICE

Índice	2
Apresentação	6
Contextualização da IES	8
Contextualização do Curso	13
Planejando para Executar	17
Contexto Educacional	17
Caracterização do território	17
Índice de Desenvolvimento Humano	17
População	19
Estrutura etária	19
Longevidade, mortalidade e fecundidade	20
Educação	21
Renda, pobreza e desigualdade	22
Trabalho	23
Vulnerabilidade social	24
Políticas Institucionais no âmbito do Curso	26
Políticas de Ensino	26
Políticas de Iniciação Científica	27
Políticas de Extensão	27
Políticas de Gestão	28
Políticas Institucionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	29
Políticas Institucionais para a Educação Ambiental	30
Políticas Institucionais para os Direitos Humanos	31
Políticas de Combate à discriminação e promoção dos direitos de lésbicas, gays, travestis e transexuais - CNCD/LGBT	32
Objetivos do Curso	34
Objetivos Gerais	34
Objetivos Específicos	34
Perfil do Egresso	36
Perfil do Egresso	36
Competências e Habilidades	37
Conteúdos Curriculares	40
Estrutura Curricular	42
Coerência com a Diretriz Curricular do Curso	42
Flexibilidade	42
Atividades Complementares e de Extensão	42
Interdisciplinaridade	43
Compatibilidade de Carga Horária	43
Ementário e Bibliografia	44

Estrutura Curricular	44
Metodologia	45
Objetivos metodológicos	45
Atividades em sala de aula	45
Incentivo à leitura, escrita e raciocínio lógico	46
Integração das áreas do conhecimento	46
Acessibilidade Plena	47
Estágio Curricular Supervisionado	47
Carga Horária	47
Convênios	47
Formas de Apresentação	48
Coordenação e Preceptoría	48
Avaliação	49
Regulamento	50
Atividades Complementares	51
Carga Horária	51
Diversidade de atividades e forma de aproveitamento	51
Regulamento	55
Apoio ao Discente	56
Programa de bolsas e financiamento de estudo	56
Programa de Nivelamento	56
Programa de Monitoria	56
Programa de Atendimento Psicopedagógico	57
Programa de Apoio às pessoas com Necessidades Especiais - PNEs	57
Programa de Retenção Discente e Apoio ao Egresso	57
Ações decorrentes dos processo de avaliação do curso	59
Projetos e processos de autoavaliação	59
Análise e divulgação dos resultados da autoavaliação	60
Plano de melhorias a partir dos processos avaliativos	61
Regulamento	61
Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs – No Processo Ensino Aprendizagem	62
Procedimentos de Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem	63
Dos Processos Avaliativos Semestrais	63
Da estrutura e validação das avaliações semestrais	64
Da Aplicação das Avaliações	65
Dos cálculos dos conceitos avaliativos semestrais	65
Da aprovação na Componente Curricular	65
Da Aprovação em Exame Final	66
Da Avaliação das demais Componentes Curriculares	66
Atividades Complementares, TCC e Estágio Supervisionado	66
Das Penalidades	66
Do Registro dos Conceitos	67
Das situações pontuais - 2ª chamada, revisões de provas e solicitação de exercícios domiciliares	67
Número de Vagas	68
Os Executores	69
Atuação do Núcleo Docente Estruturante	69

Concepção	69
Acompanhamento	69
Atuação da Coordenação do Curso	72
Descrição	72
Funcionamento do Colegiado de Curso	73
Descrição	73
Representatividade dos segmentos	73
<b>A Infraestrutura de Apoio</b>	<b>75</b>
Gabinetes de Trabalho para Professores tempo Integral	75
Descrição	75
Espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso e para os Serviços Acadêmicos	76
Descrição do espaço de Trabalho para a Coordenação do Curso	76
Descrição do espaço utilizado para os Serviços Acadêmicos (Secretaria Acadêmica)	76
Descrição dos serviços disponíveis aos estudantes no Sistema Acadêmico	76
Sala de Professores	78
Descrição	79
Sala de Aula	79
Descrição	79
Acesso de Alunos aos Equipamentos de Informática	80
Descrição	80
Bibliografia	82
Bibliografia Básica	83
Bibliografia Complementar	83
Relação de Periódicos	83
Regulamento	83
Laboratórios Didáticos Especializados	84
Quantidade	84
Qualidade - Políticas de Manutenção dos Equipamentos	84
Serviços - Políticas de Atendimento à Comunidade	84
<b>Requisitos Legais e Normativos</b>	<b>85</b>
Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso	85
Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	85
Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	85
Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	86
Titulação do Corpo Docente	86
Núcleo Docente Estruturante - NDE	86
Carga Horária Mínima	87
Tempo de Integralização	87
Condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida	87
Disciplina de Libras	90
Informações Acadêmicas	91
Políticas de Educação Ambiental	92



## APRESENTAÇÃO

**P**artindo da concepção de que a construção do Projeto Pedagógico é um processo que compreende três momentos distintos e interligados, ou seja, o diagnóstico da realidade da Instituição de Ensino Superior (IES), decorrente do levantamento das concepções do coletivo e a programação das ações a serem desenvolvidas pelo coletivo, recentemente passamos por um processo de estruturação curricular com objetivos de preparar este curso e por consequência a IES, a fim de percorrermos um caminho ideal executando ações pertinentes e passíveis de realização. Assim, é com grande satisfação que apresentamos o Projeto Pedagógico do Curso.

Foram muitas as reuniões nesse sentido que entre outras coisas tornou-se claro que para as ações não se tornem um mero cumprimento de tarefas, são necessários questionamentos tais como: **“Por que construir coletivamente o Projeto Pedagógico?”** e **“Para quem deve ser feito o projeto pedagógico?”**. Pressupondo que a construção e elaboração coletiva do projeto pedagógico, devem ser voltadas para a compreensão de seus executores (docentes) e seus beneficiados (alunos) além de explicitar as relações de interdependência destes.

Assim, estabelecemos uma ordem estrutural e de consequência lógica, iniciando pela inserção social e consequente diálogo da IES e do Curso com a sociedade local, estabelecendo os aspectos didáticos pedagógicos, passando pela apresentação da coordenação e corpo docente, chegando finalmente aos aspectos de infraestrutura envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Tudo isto tem como principal objetivo formar cidadãos dotados de capacidade crítica e reflexiva diante dos desafios profissionais. Percebemos que para os aspectos didáticos pedagógicos, a definição do perfil do egresso, das competências e habilidades a serem desenvolvidas, dos objetivos do curso, dos conteúdos curriculares e metodologia deve obedecer a esta ordem lógica, vez que no processo reflexivo sobre os elementos estruturadores do conhecimento, estes surgem na mente do indivíduo ao mesmo tempo. Ou seja, para quem é conhecedor da ciência que ensina, na medida em que as competências

profissionais do aluno egresso vão sendo definidas surgem ideias em torno das atividades de aprendizagem necessárias à sua transformação em comportamento e habilidades possíveis de serem vivenciadas pelos estudantes.

Todo este processo de reflexão sobre a estruturação do projeto pedagógico do curso foi estabelecida de maneira coerente com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), objetivando atender principalmente ao aluno, mas também ao instrumento de avaliação publicado pelo MEC/INEP, bem como as diretrizes financeiras e administrativas da mantenedora da IES.

Assim esperamos estar contribuindo para o desenvolvimento educacional e socioeconômico da região onde nos inserimos, bem como oferecer ensino de qualidade, explicitado em nosso PDI.

***Núcleo Docente Estruturante***



CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES	
Nome da mantenedora	União Educacional Meta
Base legal da mantenedora	Endereço: estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC
	União Educacional Meta Ltda.
	Registrada em cartório - Junta Comercial do Estado do Acre sob o nº: 20140078517 em 28/05/2014. FLs 42 à 49.
	Atos Legais Credenciamento: Portaria nº 481 de 16 de abril de 2008. Publicada no D.O.U de 17 de abril de 2008  Recredenciamento: Portaria nº 1.295 de 17 de novembro de 2016. Publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2016.
Nome da IES	Faculdade Meta
Base legal da IES	Endereço: Estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC
	Atos Legais Credenciamento: Portaria nº 481 de 16 de abril de 2008. Publicada no D.O.U de 17 de abril de 2008  Recredenciamento: Portaria nº 1.295 de 17 de novembro de 2016. Publicada no D.O.U de 18 de novembro de 2016.
Conceitos Institucionais	Conceito Institucional: 04 (2015)
	Índice Geral de Curso: 04 (2015)

<p>Missão, Visão e Valores</p>	<p>Missão: Contribuir para o desenvolvimento da sociedade por meio da educação de qualidade.</p> <p>Visão:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Manter sua condição de Instituição de Ensino Superior de direito privado com fins lucrativos e o crescimento com sustentabilidade econômica e financeira.</li> <li><input type="checkbox"/> Manter a credibilidade como instituição de ensino de graduação e pós-graduação e extensão de qualidade.</li> <li><input type="checkbox"/> Fortalecer a sua posição de excelência regional e nacional.</li> </ul> <p>Valores:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li><input type="checkbox"/> Compromisso com a educação de qualidade com foco na aprendizagem;</li> <li><input type="checkbox"/> Ética e integridade nas nossas relações;</li> <li><input type="checkbox"/> Valorização do patrimônio humano;</li> <li><input type="checkbox"/> Aprimoramento constante na gestão;</li> <li><input type="checkbox"/> Responsabilidade socioambiental;</li> </ul>
<p>Dados socioeconômicos e socioambientais da região</p>	
<p>Segundo o Censo do IBGE (2010), nosso município possui uma população de População 2010 336.038 habitantes e dentre esses 70.620 habitantes com ensino médio completo e/ ou ensino superior incompleto, justificando os investimentos por parte da Mantenedora da IES na criação de cursos superiores. Outro aspecto relevante é que ainda existem poucas instituições de ensino superior na região que supram as necessidades locais de desenvolvimento.</p> <p>De acordo com dados populacionais municipais, obtidos pela Pirâmide Etária divulgada pelo IBGE (2012), além de demonstrar que se trata de uma comunidade jovem, possibilita a visualização da prevalência da população por faixa etária, especialmente a que compõem o perfil do grupo apto ao ingresso no Ensino Superior, como as pessoas em idade escolar para o ensino médio e as com expectativas de desenvolvimento profissional.</p> <p>A elaboração do IDH tem como objetivo oferecer um contraponto a outro indicador, o</p>	

Produto Interno Bruto (PIB), e parte do pressuposto que para dimensionar o avanço não se deve considerar apenas a dimensão econômica, mas também outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Segundo o programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil avançou cerca de 61% e em Rio Branco. O IDH – Renda foi igual a 0,701; IDH – Longevidade igual a 0,817; e IDH – Educação a 0,617.

Desta forma evidencia-se em nosso município uma expansão socioeconômica que necessitará cada vez mais de investimentos em mão de obra especializada. Demanda esta, que corrobora com a missão, objetivos e metas institucionais da IES.

#### Breve histórico da IES (criação, trajetória, áreas oferecidas)

Em 2009, apostando na credibilidade de mais de 30 anos de ensino do colégio Meta, abria as portas a um novo empreendimento: a Faculdade Meta – FAMETA.

Com a filosofia de entrega integral a seu acadêmico, a FAMETA, enquanto instituição de ensino superior, foi concebida como agente responsável pela formação de profissionais das diferentes áreas do conhecimento, estando comprometida com o desenvolvimento científico e tecnológico, de acordo com as exigências regionais e nacionais, bem como com a formação humanística, crítica científica e cultural dos cidadãos, aptos à convivência harmônica na sociedade e à promoção do bem comum, da paz e da justiça social, a FAMETA é gerida pelo Athenas Grupo Educacional, grupo este que teve na Faculdade de Pimenta Bueno, seu ponto de partida para a expansão por Rondônia, Mato Grosso e Acre, sendo hoje um dos grupos educacionais de grande sucesso, atendendo quase 10 mil alunos matriculados em aproximadamente 64 graduações, somando-se aos novos cursos já autorizados recentemente e uma grande quantidade de pós-graduações.

A partir da concepção de um modelo gerencial moderno e eficiente no âmbito do ensino superior no Brasil, a participação do Athenas Grupo Educacional no crescimento da FAMETA é fundamental, vez que cabe ao Grupo o papel de gerir a instituição, deixando à faculdade ações mais próximas de seus estudantes. Em contrapartida, passou a estar incorporada a uma rede de ensino em

franco crescimento nos estados de Rondônia, Acre e Mato Grosso.

Credenciada pela portaria ministerial no 481, no dia 16 de abril de 2008, a recém-criada instituição realizou seu vestibular inaugural no final do ano seguinte, para os cursos de Administração, Ciências Biológicas, Pedagogia e Sistemas de Informação.

Em 2013 a FAMETA solicitou o reconhecimento de três de seus cursos, sendo que destes, dois deles (Bacharelados em Administração e Sistemas de Informação), já foram avaliados pelo Ministério da Educação alcançando ao Conceito de Qualidade muito bom, demonstrando que os preceitos de qualidade confirmam-se cada vez mais frente aos desafios atuais.

No ano de 2013 o curso de Ciências Contábeis foi autorizado e logo no ano seguinte, (2014) o de Licenciatura em Educação Física.

O curso de Pedagogia recebeu reconhecimento pelo Ministério da Educação no ano de 2016. E para os demais cursos, do ano de 2015 foram solicitados e protocolados os seus reconhecimentos, como parte das regras existentes e definidas pelo Ministério da Educação.

Ainda no ano de 2015 o MEC autorizou os cursos bacharelados em Odontologia, Engenharia Ambiental, Engenheiro Civil, Nutrição, Educação Física. Atualmente no ano de 2016 estão em processo de autorização pelo MEC os cursos Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo e Engenharia de Produção.

Desse modo, visando o contínuo crescimento, a FAMETA em sede própria contando com uma excelente estrutura, equipamentos modernos, biblioteca atualizada e professores qualificados.

A sede deverá ainda abrigar novos cursos que estão sendo pleiteados pela FAMETA, sem é claro perder a qualidade de ensino, marca desta faculdade.

Frente às sucessivas e ligeiras alterações no mercado de trabalho, é cada vez menor o número de profissionais que atuam na área que obteve seu título e cada vez mais, as organizações procuram colaboradores com ótimo ensino formal que possam exercer bem seu papel, independentemente de seu campo de formação. Tal fato faz com que a Faculdade busque sempre a integração de componentes curriculares com o que de fato a sociedade espera.

Visionária, a FAMETA junto ao Athenas Grupo Educacional, no final de 2013, aderiu ao Google Apps for Education, que consiste em uma série de recursos desenvolvidos pelo Google, disponibilizados gratuitamente aos acadêmicos. Essa iniciativa baseia-se na necessidade fundamental da comunicação

---

dinâmica e ágil entre professores, instituição e colegas. Para que isso ocorra, produtos com a chancela da maior empresa de tecnologia do planeta passaram a ser usados como importantes ferramentas no processo pedagógico da FAMETA.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO	
Nome do Curso	Bacharelado em Educação Física
Base legal	Endereço: estrada Alberto Torres, nº 947 - Conjunto Mariana - Rio Branco/AC
	Atos Legais Autorização: <a href="#">Portaria 915 de 27 de novembro de 2015. Publicada no D.O.U. 30 de novembro de 2015</a>
Número de vagas	100
Conceitos de Curso	Conceito de CURso: 03 (2015)
	Conceito Preliminar de Curso: SC
	Conceito Enade: SC
Turno de funcionamento do curso	Noturno
Carga horária	3200 horas
Integralização do curso	Tempo de integralização mínima = 07 semestres
	Tempo de integralização máxima = 10 semestres
Perfil da coordenação do curso	
Identificação do (a) coordenador (a) do curso	Profº. José Aparecido Martins
Área de formação acadêmica	Licenciatura em Educação Física
Titulação	Especialista em Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde Pública
Regime de trabalho	Integral
Tempo de exercício na IES	41 meses

Tempo de exercício na Coordenação do Curso	31 meses
Link para Currículo Lattes	<a href="http://lattes.cnpq.br/7840289051271327">http://lattes.cnpq.br/7840289051271327</a>

#### Breve histórico do curso

A história dos cursos em Educação Física no Brasil inicia-se com a criação do primeiro curso provisório de Educação Física do Exército em 1910. Neste participavam, em sua maioria, militares e tinham como professores ex-atletas e médicos, tendo uma duração de cinco meses (FIGUEIREDO, 2005)<sup>1</sup>. No entanto, os primeiros cursos civis foram criados em São Paulo em 1934 (que tempos depois foi incorporada a Universidade de São Paulo) e no Rio de Janeiro em 1939, na Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Este último criado pelo decreto-lei 1212 de 17 de abril de 1939 tinha como objetivo ser a escola padrão na formação de Educação Física no Brasil, apesar de naquela ocasião já existissem outras escolas de formação na área da Educação Física no país, ela foi à primeira instituição de ensino superior em Educação Física pertencente a uma universidade (UFRJ, 2006) e que curiosamente outorgava diferentes títulos com diferentes durações: Licenciado – 2 anos, Normalista especializado em Educação Física – 1 ano, Técnico desportivo – 1 ano, Treinador e Massagista desportivo – 1 ano e Médico especializado em Educação Física e desporto - 1 ano. (FIGUEIREDO, 2005)<sup>2</sup>.

Em 1969 o currículo de formação em Educação Física ganha o status de nível superior após a resolução CFE de nº 69/69 que aumentava a carga horária para um mínimo de três anos e 1800 horas, outorgando título de Licenciatura Plena e uma possível complementação de duas disciplinas para a obtenção do título de Técnico desportivo. Percebeu-se uma preocupação com a formação educacional com o aumento das disciplinas da área, porém a grande novidade foi à inserção de um elenco de disciplinas obrigatórias, subdivididas em básicas e profissionais, nos cursos de todo país, sendo este modelo chamado de currículo mínimo (TOJAL, 2005b)<sup>3</sup>. As disciplinas eram as seguintes:

**Básicas:** Biologia, Anatomia, Fisiologia, Cinesiologia, Biometria e Higiene.

**Profissionais:** Socorros Urgentes, Ginástica, Rítmica, Natação, Atletismo, Recreação e as matérias pedagógicas de acordo com o parecer nº 672/69 (Psicologia da educação, Didática, Prática de Ensino através de Estágios Supervisionados e Estrutura de Ensino de 1º e 2º graus). (TOJAL, 2005)<sup>4</sup>.

Após muitas críticas ao currículo mínimo, que não levava em consideração as diferenças regionais onde os cursos estavam inseridos, (além de em algumas instituições não adicionarem em seus currículos nenhuma disciplina complementar, ficando o currículo mínimo como currículo pleno) e com o

<sup>1</sup> FIGUEIREDO, Zenólia Cristina Campos (Organizadora), **Formação Profissional em Educação Física e o mundo do trabalho**. Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005

<sup>2</sup> *Ibid*

<sup>3</sup> TOJAL, João Batista. **Formação de profissionais de educação física e esportes na América latina**. Movimento & Percepção, Espírito Santo de Pinhal, SP, v.5, n.7, jul./dez. 2005.

<sup>4</sup> *Ibid*

aumento da área de atuação do profissional no mercado, uma terceira proposta de currículo foi aprovada em 16 de Outubro de 1987. (TOJAL, 2005)<sup>5</sup>.

Nesta proposta, simbolizada pela Resolução nº 03/87 decretava-se o fim do currículo mínimo, substituído por áreas de conhecimento, conteúdo identificador da área e conteúdo de natureza técnico-científica, ampliação da carga horária mínima para 2880 horas e tempo mínimo de integralização de quatro anos e a criação da titulação de Bacharelado visando atender exclusivamente o mercado não escolar que estava em crescente expansão. (TOJAL, 2005)<sup>6</sup>.

Apesar de constar da resolução como possibilidade de Titulação, o Bacharelado em Educação Física foi oferecido por muito poucas instituições no Brasil, pois a Licenciatura, além de permitir a atuação na área escolar, também o fazia em relação ao espaço não formal, tirando o sentido de existência do Bacharelado. (NOZAKI, 2004)<sup>7</sup>.

Em relação ao currículo não se percebeu uma diferenciação na formação, o que aumentou o desinteresse das instituições de ensino em oferecer uma modalidade de formação que possibilitava menos campos de atuação ao egresso do que a licenciatura.

Porém, após as discussões da década de 90 e pelas exigências do modelo socioeconômico vigente, o Ministério da Educação resolveu novamente reformular os currículos dos cursos de Licenciatura, o que acontece em 2002 com as Resoluções CNE\CES 01 e 02 de 2002. Os pontos principais destes documentos dizem respeito ao aumento da carga horária de estágio que passou a ter 400 horas, além de mais 400 horas de Práticas Curriculares, carga horária mínima de 2800 horas e tempo de integralização mínimo de três anos e um currículo de Licenciatura com “terminalidade própria que não se confundisse com o antigo 3+1” (BRASIL, 2002) que significava três anos de Bacharelado e mais um de complementação com disciplinas pedagógicas para a obtenção do título de Licenciado. Ou seja, antigamente, a Licenciatura era apenas um apêndice do Bacharelado. Essa característica, apesar de ter sido a formatação curricular dominante no Brasil nas diversas áreas que possuíam Licenciatura e Bacharelado, quase não foi utilizada nos cursos de Educação Física do país.

Diante dessa nova organização curricular para a formação de professores, foram criadas diversas comissões de especialistas para determinar os diferentes conteúdos dos cursos de Licenciatura e Bacharelado em diversas áreas e com a Educação Física não poderia ser diferente.

Foi criada uma comissão de especialistas com professores universitários de Educação Física de diversas regiões do país para que se encaminhasse ao Conselho Nacional de Educação uma proposta de formação (TOJAL, 2005)<sup>8</sup>

Alguns defendiam a proposta da manutenção da divisão entre Licenciatura e Bacharelado com currículos voltados para a consolidação de competências diferentes para diferentes campos de atuação, o escolar para a Licenciatura e o não escolar para o Bacharelado, porém este modelo tem

<sup>5</sup> Ibid

<sup>6</sup> Ibid

<sup>7</sup> NOZAKI, Hajime Takeuchi. **Educação física e reordenamento no mundo do trabalho: mediações da regulamentação da profissão**. Tese de doutorado. Niterói, RJ: UFF, 2004.

<sup>8</sup> Ibidem



como críticas principais o fato de que seguindo esta mesma lógica, um único curso de bacharelado também poderia não dar conta de atender ao mercado de trabalho em constante expansão, além de desconsiderar o princípio da atuação da Educação Física que é a prática docente (KUNZ, 1998)<sup>9</sup>.

Do lado oposto da discussão, outra proposta defendia a criação de uma “Licenciatura ampliada” que garantisse todo o conhecimento da Educação Física, independente do campo de atuação, pois segundo Nozaki (2004)<sup>10</sup> esta identidade profissional baseada na docência, independe do espaço de atuação, além de não ser adequada a terminologia de bacharel para um profissional que vai exercer o magistério, mesmo que fora da escola. A grande crítica a esta proposta foi justamente o fato de que o aumento de disciplinas que atendessem a área não formal acabaria por descaracterizar a Licenciatura e não possibilitava a formação das competências no âmbito não escolar (KUNZ, 1998)<sup>11</sup>. Depois de muitas discussões prevaleceu a primeira proposta materializada no Parecer CNE/CES 58/2004 e homologada pela Resolução CNE/CES nº 07/2004.

Esse documento veio a substituir a antiga Resolução 03/87 da educação física, sendo atualmente a principal balizadora da formação profissional da graduação em Educação Física no Brasil (TAFFAREL, 2005).<sup>12</sup>

---

<sup>9</sup> KUNZ, Elenor et alii. **Novas Diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativa, proposições, argumentações.** Revista do CBCE, vol 20(1), p.37-47, 1998.

<sup>10</sup> Ibidem

<sup>11</sup> Ibidem

<sup>12</sup> TAFFAREL, C. N. Z; LACKS, S. Diretrizes curriculares: proposições superadoras para a formação humana. In: FIGUEIREDO, Z. C. C. (org). **Formação profissional em educação física e mundo do trabalho.** Vitória, ES: Gráfica da Faculdade Salesiana, 2005, p. 89-109.

## PLANEJANDO PARA EXECUTAR

### CONTEXTO EDUCACIONAL

#### CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Área	IDHM 2010	Faixa do IDHM	População (Censo 2010)	Densidade demográfica	Ano de instalação	Microrregião	Mesorregião
8821,88 km <sup>2</sup>	0,727	Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799)	336.038	38,06 hab/Km <sup>2</sup>	1904	Rio Branco	Vale do Acre

#### ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

##### Descrição e evolução

##### Entre 2000 e 2010

O IDHM passou de 0,591 em 2000 para 0,727 em 2010 - uma taxa de crescimento de 23,01%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 66,75% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,238), seguida por Longevidade e por Renda.

##### Entre 1991 e 2000

O IDHM passou de 0,485 em 1991 para 0,591 em 2000 - uma taxa de crescimento de 21,86%. O hiato de desenvolvimento humano foi reduzido em 79,42% entre 1991 e 2000. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,164), seguida por Longevidade e por Renda.

##### Entre 1991 e 2010

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,485, em 1991, para 0,727, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de

0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 49,90% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,01% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,402), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Componentes	1991	2001	2010
<b>IDHM Educação</b>	0,259	0,423	0,661
% de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo	34,42	60,41	85,20
% de 5 a 6 anos frequentando a escola	33,25	60,41	85,20
% de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental	32,33	56,17	84,36
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	16,52	33,84	64,23
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	7,91	18,52	42,34
<b>IDHM Longevidade</b>	0,684	0,724	0,798
Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,02	68,43	72,85
<b>IDHM Renda</b>	0,643	0,673	0,729
Renda per capita (em R\$)	437,12	527,43	744,67

**POPULAÇÃO**

<b>Descrição e evolução</b>	<p>Entre 2000 e 2010, a população de Rio Branco cresceu a uma taxa média anual de 2,86%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 89,27% para 91,82%. Em 2010 viviam, no município, 336.038 pessoas.</p>					
	<p>Entre 1991 e 2000, a população do município cresceu a uma taxa média anual de 3,58%. Na UF, esta taxa foi de 3,26%, enquanto no Brasil foi de 1,63%, no mesmo período. Na década, a taxa de urbanização do município passou de 90,86% para 89,27%.</p>					
<b>População</b>	<b>População (1991)</b>	<b>% do Total (1991)</b>	<b>População (2000)</b>	<b>% do Total (2000)</b>	<b>População (2010)</b>	<b>% do Total (2010)</b>
População total	184.771	100,00	253.491	100,00	336.038	100,00
Homens	90.878	49,18	123.330	48,65	163.592	48,68
Mulheres	93.892	50,82	130.162	51,35	172.446	51,32
Urbana	167.882	90,86	226.298	89,27	308.545	91,82
Rural	16.889	9,14	27.193	10,73	27.493	8,18

**ESTRUTURA ETÁRIA**

<b>Descrição e evolução</b>	<p>Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 63,02% para 50,40% e a taxa de envelhecimento, de 3,77% para 4,31%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 76,04% e 3,37%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,88% em 2000 e 45,87% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.</p>
-----------------------------	--

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	73.583	39,82	88.444	34,89	98.123	29,20
15 a 64 anos	104.959	56,80	155.495	61,34	223.435	66,49
65 anos ou mais	6.229	3,37	9.552	3,77	14.480	4,31
Razão de dependência	76,04	-	63,02	-	50,40	-
Índice de envelhecimento	3,37	-	3,77	-	4,31	-

#### LONGEVIDADE, MORTALIDADE E FECUNDIDADE

<b>Descrição e evolução</b>	<p>A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 25,5 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 20,0 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Em 1991, a taxa era de 33,2. Já na UF, a taxa era de 23,0, em 2010, de 30,4, em 2000 e 41,9, em 1991. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Em 1991, essa taxa era de 44,7 óbitos por mil nascidos vivos.</p> <p>Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.</p>		
<b>Componentes</b>	1991	2001	2010

Esperança de vida ao nascer (em anos)	66,0	68,4	72,9
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	33,2	25,5	20,0
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	40,3	28,3	21,4
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	3,9	2,4	2,1

A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,4 anos na última década, passando de 68,4 anos, em 2000, para 72,9 anos, em 2010. Em 1991, era de 66,0 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

## EDUCAÇÃO

### Crianças e jovens

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 85,20%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 84,36%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 64,23%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 42,34%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 51,95 pontos percentuais, 52,03 pontos percentuais, 47,71 pontos percentuais e 34,43 pontos percentuais.

Em 2010, 87,80% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 75,44% e, em 1991, 67,68%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 15,18% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 4,85% e, em 1991, 3,36%.

### População adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 42,54% para 60,69%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 34,42% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 11,76% eram analfabetos, 56,25% tinham o ensino fundamental completo, 41,33% possuíam o ensino médio completo e 12,93%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

### Expectativa de estudos

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,71 anos para 9,72 anos, no município, enquanto na UF passou de 6,77 anos para 8,69 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 7,93 anos, no município, e de 6,56 anos, na UF.

## RENDA, POBREZA E DESIGUALDADE

**Descrição e evolução**

A renda per capita média de Rio Branco cresceu 70,36% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 437,12, em 1991, para R\$ 527,43, em 2000, e para R\$ 744,67, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 2,84%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,11%, entre 1991 e 2000, e 3,51%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 32,78%, em 1991, para 27,27%, em 2000, e para 14,38%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,60, em 1991, para 0,61, em 2000, e para 0,59, em 2010.

Componentes	1991	2001	2010
Renda per capita (em R\$)	437,12	527,43	744,67

% de extremamente pobres	13,01	10,59	4,85
% de pobres	32,78	27,27	14,38
Índice de Gini	0,60	0,61	0,59

**TRABALHO**

<b>Descrição e evolução</b>	Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 67,95% em 2000 para 68,26% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,48% em 2000 para 8,77% em 2010.		
Taxa de atividade e desocupação	2000	2010	
Taxa de atividade	67,95	68,26	
Taxa de desocupação	13,48	8,77	
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	53,38	59,16	
<b>Nível educacional dos ocupados</b>			
% dos ocupados com fundamental completo	49,17	66,47	
% dos ocupados com médio completo	31,29	49,47	
<b>Rendimento médio</b>			
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	42,18	14,80	
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	72,48	66,65	



Percentual dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo

90,65

89,03

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 5,13% trabalhavam no setor agropecuário, 0,09% na indústria extrativa, 4,47% na indústria de transformação, 9,21% no setor de construção, 1,08% nos setores de utilidade pública, 17,15% no comércio e 55,38% no setor de serviços.

#### VULNERABILIDADE SOCIAL

<b>Crianças e Jovens</b>	1991	2001	2010
Mortalidade infantil	33,21	25,45	20,03
% de crianças de 0 a 5 anos fora da escola	-	84,90	69,00
% de crianças de 6 a 14 fora da escola	24,35	10,12	4,92
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e são vulneráveis, na população dessa faixa	-	16,99	12,36
% de mulheres de 10 a 17 anos que tiveram filhos	4,07	5,83	4,13
Taxa de atividade - 10 a 14 anos	-	6,68	6,30
<b>Família</b>			
% de mães chefes de família sem fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	23,44	25,27	23,31
% de vulneráveis e dependentes de idosos	3,16	2,48	1,64
% de crianças extremamente pobres	18,32	15,63	7,45

<b>Trabalho e Renda</b>			
% de vulneráveis à pobreza	58,05	50,89	35,25
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	46,09	30,15
<b>Condição de Moradia</b>			
% da população em domicílios com banheiro e água encanada	40,67	47,25	62,10
<p>Todos esses índices retratam um município em pleno desenvolvimento e com redução em todos os índices que configuram a vulnerabilidade social, com isso a população passa a ter novas necessidades e interesses, buscam se aprimorar/ aperfeiçoar ou até mesmo se empenhar em uma graduação, com intuito de desenvolver sua vida financeira e profissional.</p>			

## POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

### POLÍTICAS DE ENSINO

Considerando as políticas institucionais de ensino, no âmbito do curso elas desenvolvem-se da seguinte maneira:

Constante atualização que releve a necessidade social regional, em consonância com o mercado de trabalho.

Frente às sucessivas e ligeiras alterações no mercado de trabalho, é cada vez menor o número de profissionais que atuam na área que obteve seu título e cada vez mais, as organizações procuram colaboradores com ótimo ensino formal que possam exercer bem seu papel, independentemente de seu campo de formação. Tal fato faz com que a Faculdade busque sempre a integração de componentes curriculares com o que de fato a sociedade espera.

Contratação de um corpo diretivo, docente e técnico-administrativo condizente com as reais necessidades de um bom funcionamento da IES.

A IES assegura a constituição do corpo docente do curso, no mínimo e/ou superior ao esperado pelos instrumentos de avaliação do Ministério da Educação. Quanto ao corpo técnico-administrativo é assegurada a contratação dos mesmos para a operacionalização do curso.

Investimento na formação e capacitação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo.

Uma constante preocupação da IES é a capacitação do corpo docente e técnico-administrativo. Para tanto, cursos na modalidade à distância são oferecidos frequentemente pelo Athenas Virtual.

Criação de mecanismos institucionais de atenção aos discentes e Implantação de um Programa de Acompanhamento de Egressos.

Programas Institucionais de apoio ao estudante são oferecidos pela IES. Dentre eles citamos:

- Programa de Bolsas e Financiamento de Estudos;
- Programa de Nivelamento;
- Programa de Monitoria;
- Programa de Atendimento Psicopedagógico;
- Programa de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais;
- Programa de Retenção Discente e Apoio ao Egresso; e
- [Programa de Capacitação Docente](#).

## POLÍTICAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

As mudanças no mundo contemporâneo conferem às Instituições de Ensino Superior (IES) um papel estratégico no desenvolvimento das sociedades. Nós, diante dessa realidade, em consonância com sua missão e considerando as diretrizes nacionais dos cursos de graduação, propomos discutir uma política de extensão, articulada com o ensino e a iniciação científica, em busca da construção de um projeto societário que permita, de forma efetiva, concretizar uma pauta de inclusão social, a formação cidadã e humanista, na perspectiva de desenvolvimento integral do ser humano.

[Acesse o Regulamento do Programa de Iniciação Científica](#)

## POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Extensão é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a iniciação científica de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre ensino superior e sociedade. A Extensão é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração das práxis de um conhecimento acadêmico. A extensão da IES tem como políticas:

- Propiciar a troca de saberes sistematizados entre os conhecimentos acadêmicos e empíricos;
- Trabalhar a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da IES na comunidade;
- Instrumentalizar o processo dialético da relação teoria-prática;
- Favorecer um trabalho interdisciplinar que beneficia a visão integrada do social;
- Identificar e atender as demandas sociais articuladas com as políticas e prioridades institucionais; e,
- Estimular o desenvolvimento de projetos e atividades de prestação de serviços à comunidade e de interesse institucional.
- Constituir atividades de extensão e ação social os serviços prestados por funcionários, docentes ou discentes (desde que supervisionados por docentes) desta Faculdade à comunidade externa ou interna.

[Acesse o Regulamento do Núcleo de Extensão](#)

## POLÍTICAS DE GESTÃO

São observadas as seguintes políticas de gestão na IES:

- Permanente integração entre unidade mantida e entidade mantenedora;
- Gestão orçamentária integrada com revisões periódicas;
- Autonomia na gestão de pessoas;
- Otimização da utilização de laboratórios e recursos multimídias entre diferentes cursos;
- Promoção do aperfeiçoamento contínuo do corpo docente e técnico administrativo;
- Busca de parcerias com instituições públicas e privadas visando assegurar a Missão Institucional;
- Avaliação sistemática das práticas docentes com foco na melhoria da qualidade de

ensino e da aprendizagem;

- Valorização dos profissionais da Instituição, estabelecendo um plano de carreira que estimule a qualificação e o desempenho;
- Estimular a prática dos valores institucionais por meio de treinamentos constantes;
- Contribuir para a sustentabilidade financeira da entidade mantenedora.

#### POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

A implementação da Política Educacional das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e indígena traz seu fundamento na Lei 10.639/03, alterada pela Lei 11.645/08, na Resolução CNE/CP 01/2004 e no Parecer CNE/CP 3/2004, sendo que o último define em seu Art. 7º que: “As instituições de ensino superior, respeitada a autonomia que lhe é devida, incluirão nos conteúdos de disciplinas e atividades curriculares dos diferentes cursos que ministram, a Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes [...]”.

A atribuição dessa responsabilidade conferida em Lei subsidia e norteia a formulação e implementação dessa política na IES, sedimentando-a na sociedade como uma instituição que não só é uma cumpridora da lei, mas que avança nas questões sociais e históricas estigmatizantes, acreditando na justiça social e assumindo questionamentos que devem ser feitos para estabelecer a concatenação sobretudo no diz respeito aos conceitos criados sobre a questão étnico-racial no Brasil.

E a partir das diversas reflexões surge a necessidade de políticas específicas para a população negra e indígena brasileira perpassando a esfera de discussões estruturais no campo das desigualdades, sejam elas sociais, econômicas, educacionais, culturais, ou quanto à saúde pública, lazer, entre outros.<sup>13</sup>

Estas políticas são chamadas de afirmativas e correspondem a um conjunto de ações e

<sup>13</sup> Castro, CGCS et al. O Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no Paraná: Legislação, Políticas afirmativas e formação docente. [www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1001\\_958.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/1001_958.pdf).

orientações do governo com objetivo de proteger as minorias e grupos que tenham sido discriminados no passado. Em outras palavras, as organizações devem agir de forma positiva, afirmativa e agressivamente para remover todas as barreiras mesmo que informais ou sutis de diferenças e discriminação garantindo a efetividade do princípio de igualdade de oportunidade.<sup>14</sup>

Partindo dessa análise, definimos a inserção dessa temática no ementário do curso, por meio das componentes curriculares de **Sociologia; Ética Profissional; Atividade Rítmica e Dança; Dança e Manifestações Folclóricas; Diversidade Étnico Racial e Direitos Humanos.**

As atividades de extensão do curso também contempla a temática, e são realizadas no âmbito do curso.

#### POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA (Lei nº 9.795/99) é caracterizada pela coordenação conjunta entre o Ministério do Meio Ambiente e Ministério da Educação. Segundo o Documentos de Referência - ProNEA suas ações destinam-se a assegurar, no âmbito educativo, a integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País, resultando em melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por intermédio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições a longo prazo.

Esse conjunto de iniciativas do governo e de toda sociedade configura a conjuntura de garantias de efetivação dos direitos de terceira geração da Constituição Federal de 1988, que em seu Art. 225, § 1º, inciso VI, assegura o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, atribuindo ao Estado o dever de

<sup>14</sup> Brasil. Ação afirmativa na universidade do estado da Bahia: razões e desafios de uma experiência pioneira. in.: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; valter roberto (org.). Educação e Ação Afirmativa: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

“promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.<sup>15</sup>

E diante dessa garantia constitucional definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Ambiental, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares de **Sociologia; Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente; e, Esporte e Aventura.**

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

## POLÍTICAS INSTITUCIONAIS PARA OS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, desencadeou um processo de mudança no comportamento social, estimulando o desenvolvimento de um campo interativo de proteção e garantia de direitos, sensibilizando a consciência social, inspirando-as em valores humanistas e embasadas nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade.<sup>16</sup>

É próprio do ambiente da IES o fomento de discussões e a formação de profissionais pensantes, criativos, competitivos e empreendedores, com ideias que possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade, nesse sentido a implementação da Educação em Direitos Humanos visa, sobretudo, difundir a cultura de direitos humanos nos discentes, disseminando valores solidários, cooperativos e de justiça social, uma vez que o processo de democratização requer o fortalecimento da sociedade civil, a fim de que seja capaz de identificar anseios e demandas, transformando-as em conquistas que só serão efetivadas, de fato, na medida em que forem incorporadas na realidade de

<sup>15</sup> \_\_\_\_\_. Programa Nacional de Educação Ambiental. Educação Ambiental – Por um Brasil Sustentável. Documentos de Referência para o Fortalecimento da Política e do Programa Nacional de Educação Ambiental ProNEA: 4º. Edição, Brasília, 2014.

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.



cada indivíduo, daí então, passa a irradiar seus efeitos para o Estado brasileiro que responderá com políticas públicas universais, muitas delas já se encontram previstas na Constituição Federal de 1988.<sup>5</sup>

Para Perpetuar este campo interacional de mudanças e atendendo ao Parecer CNE/CP 8/2012, a IES definiu como forma de inserção dessa temática, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares de **Sociologia; Ética Profissional; Saúde Coletiva; e, Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente.**

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

#### POLÍTICAS DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE LÉSBICAS, GAYS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – CNCD/LGBT

Com base no Programa "Brasil sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra LGBT e de Promoção da Cidadania Homossexual" (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009), do Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH3 (2009) e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2012), ampliou-se a possibilidade de refletir sobre o enfrentamento à violência e discriminação sofrida por esse grupo específico, oportunizando propostas para implementação no âmbito da IES estratégias de combate, articulando todo o ambiente acadêmico e em conjunto com o processo ensino-aprendizagem, integrando-os da melhor forma no meio social acadêmico, se utilizando do apoio pedagógico, da reflexão social e da consciência cidadã como ferramenta além de outros mecanismos disponíveis na instituição.

Uma ação imprescindivelmente importante a ser garantida é o reconhecimento e adoção do nome social àqueles e àquelas cuja identificação civil não reflita adequadamente sua identidade de gênero, mediante solicitação do próprio interessado.

A construção institucional da política LGBT será discutida como um todo, mas alguns temas como modelos de ação para o enfrentamento da discriminação e da violência serão tratados com atenção especial durante as discussões. Ficando garantido àqueles que o solicitarem, o direito ao tratamento oral exclusivamente pelo nome social, em qualquer circunstância, não cabendo qualquer tipo de objeção de consciência.

O campo "nome social" está inserido nos formulários e sistemas de informação utilizados nos procedimentos de seleção, inscrição, matrícula, registro de frequência, avaliação e similares, bem como garantimos instrumentos internos de identificação, uso exclusivo do nome social, mantendo registro administrativo que faça a vinculação entre o nome social e a identificação civil.

Quanto a utilização do nome civil, que é obrigatório para a emissão de documentos oficiais, garantimos concomitantemente, com igual ou maior destaque, a referência ao nome social.

O uso de banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, quando houver, constitui-se garantido de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito. Caso haja distinções quanto ao uso de uniformes e demais elementos de indumentária, garantimos o uso de vestimentas conforme a identidade de gênero de cada sujeito;

A garantia do reconhecimento da identidade de gênero é estendida também a estudantes adolescentes, sem que seja obrigatória autorização do responsável.

Por fim, observe-se que todas as políticas citadas acima, descritas no PDI e implantadas na IES, serão prontamente absorvidas e implementadas pelo curso buscando:

- Avaliar as ações, projetos propostos e desenvolvidos pelo curso;
- Observar a participação efetiva de professores e alunos nas ações e projetos desenvolvidos; e
- Avaliar o impacto das políticas institucionais na construção e desenvolvimento do PPC.

## OBJETIVOS DO CURSO

A responsabilidade de oferecer um curso com qualidade, perpassa os fundamentos e as definições do Perfil e das Competências e Habilidades a serem desenvolvidas pelo Aluno Egresso.

Destacando que esta é uma ordem lógica de definição que segue as tendências das Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Bacharelado em Educação Física

E para isso, definimos os objetivo geral e específicos do curso em:

### OBJETIVOS GERAIS

- Proporcionar formação profissional generalista, humanista e crítica, fundamentada no rigor científico, na reflexão filosófica e na ética, com foco no movimento humano e em diferentes formas e modalidades de exercícios físicos, desenvolvendo pesquisas relacionadas à saúde, educação e desporto, bem como na prevenção de problemas de agravo da saúde, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas.

### OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atender as Diretrizes Curriculares Nacionais homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e a Câmara de Educação Superior (CES), além das normativas do Conselho Profissional;
- Proporcionar a formação integral de profissionais que atendam os diferentes perfis de desempenho requeridos pelas organizações, para atuarem no mercado de trabalho e no

meio social de forma diferenciada;

- Formar profissionais conscientes, críticos e reflexivos às necessidades sociais, assim como dos direitos e deveres inerentes da sua profissão atuando como agentes transformadores no processo de desenvolvimento humano e sócio-político.

Para tanto, no decorrer do curso os alunos irão desenvolver os perfis, competências e habilidades que proporcionarão ao futuro profissional, capacidade de atuar em condições de complexidade e competitividade, características dos ambientes em transformação, gerando resultados positivos para as organizações e promovendo o desenvolvimento da sociedade.

## PERFIL DO EGRESSO

### PERFIL DO EGRESSO

Descrevemos como o **Perfil Profissional do Egresso** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional se caracteriza em formar:

- Profissional Educador físico com formação profissional generalista, humanista e crítica;
- Habilidade para dominar os conhecimentos acadêmico-profissionais próprios da área, de modo a poder compreender, refletir criticamente e atuar frente às dinâmicas demandas culturais e profissionais do campo da Educação Física;
- Conhecimento para participar e intervir nas discussões, definições e avaliações de políticas públicas educacionais e da área como um todo;
- Conhecimento dos fundamentos e instrumentos necessários ao desenvolvimento competente da sua condição humana e político-social, bem como das suas atividades de intervenção;
- Condições de identificar as necessidades regionais, refletindo e decidindo autonomamente, assim como criticando, propondo e compartilhando mudanças ou transformações necessárias;
- Capacidade para adequar os recursos disponíveis a fim de fazer da Educação Física um meio eficiente e eficaz de autoconhecimento, de auto realização e de promoção da qualidade de vida, proporcionando desenvolvimento integral e estimulando a um conviver prazeroso, saudável e cooperativo dentro da complexidade da atual realidade.
- Ser capaz de coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, organizar, avaliar e executar trabalhos e projetos em Educação Física;
- Trabalhar em equipe e participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares de trabalhos envolvendo o exercício da Profissão, nos diferentes espaços;
- Habilidade para sistematizações do exercício físico a partir de grandes temas da cultura, tais como o jogo, a ginástica, a luta, a dança e, esporte, etc. visando a formação, a ampliação e o enriquecimento cultural das pessoas para aumentar as possibilidades de

adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.

- Atuar como promotor e incentivador do esporte e da atividade física, pautado em valores humanos;
- Promover o desporto, incentivando a competição saudável;
- Respeitar as características regionais da população onde está inserido e contribuir para o seu desenvolvimento;
- Respeitar a diversidade social, política, cultural e religiosa, contribuindo para a integração social;
- Viabilizar o acesso de pessoas com necessidades especiais, colaborando para o fim da exclusão e do preconceito social;
- Ser criativo e ter iniciativa frente a questões e dificuldades da atuação plena e de excelência;
- Produzir pesquisas na área da Educação Física, contribuindo para o desenvolvimento de sua área de atuação.
- Compreensão das diferenças existentes no que concerne ao conhecimento aplicado nos distintos locais de atuação profissional tais como clubes, academias, colônias de férias, instituições escolares destinadas à educação básica, entre outros locais possíveis, empresas, laboratórios de análise do exercício, lazer, entre outros, compreendendo as diferenças não como desigualdades, mas, sim, como riqueza de possibilidades de trabalho, pesquisa e ensino da e na Educação Física.

#### COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

- Compreender as competências e habilidades que abrangem as dimensões político-social, ético-moral, técnico-profissional e científica, considerando que a intervenção do profissional pressupõe a mediação com seres humanos historicamente situados.
- Dominar os conhecimentos que fundamentam e orientam sua intervenção acadêmico-profissional, mobilizando esses conhecimentos e transformando-os em ação.
- Compreender as questões e as situações-problema envolvidas no seu trabalho,

identificando-as e resolvendo-as, demonstrando autonomia para tomar decisões, e responsabilizando-se pelas opções feitas e pelos efeitos da sua intervenção acadêmico-profissional.

- Avaliar criticamente sua própria atuação e o contexto em que atua, bem como interagir cooperativamente tanto com a comunidade acadêmico-profissional, quanto com a sociedade em geral.

Descrevemos ainda as **Competências e Habilidades Específicas** do curso e adequando-se à Diretriz Curricular Nacional:

- Dominar os conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais específicos da Educação Física e aqueles advindos das ciências afins, orientados por valores sociais, morais, éticos e estéticos próprios de uma sociedade plural e democrática.
- Pesquisar, conhecer, compreender, analisar, avaliar a realidade social para nela intervir acadêmica e profissionalmente, por meio das manifestações e expressões do movimento humano, tematizadas, com foco nas diferentes formas e modalidades do exercício físico, da ginástica, do jogo, do esporte, da luta/arte marcial, da dança, visando a formação, a ampliação e enriquecimento cultural da sociedade para aumentar as possibilidades de adoção de um estilo de vida fisicamente ativo e saudável.
- Intervir acadêmica e profissionalmente de forma deliberada, adequada e eticamente balizada nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Participar, assessorar, coordenar, liderar e gerenciar equipes multiprofissionais de discussão, de definição e de operacionalização de políticas públicas e institucionais nos campos da saúde, do lazer, do esporte, da educação, da segurança, do urbanismo, do ambiente, da cultura, do trabalho, dentre outros.
- Diagnosticar os interesses, as expectativas e as necessidades das pessoas (crianças,

jovens, adultos, idosos, pessoas portadoras de deficiência, de grupos e comunidades especiais) de modo a planejar, prescrever, ensinar, orientar, assessorar, supervisionar, controlar e avaliar projetos e programas de atividades físicas, recreativas e esportivas nas perspectivas da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.

- Conhecer, dominar, produzir, selecionar, e avaliar os efeitos da aplicação de diferentes técnicas, instrumentos, equipamentos, procedimentos e metodologias para a produção e a intervenção acadêmico-profissional em Educação Física nos campos da prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde, da formação cultural, da educação e reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer, da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas, além de outros campos que oportunizem ou venham a oportunizar a prática de atividades físicas, recreativas e esportivas.
- Acompanhar as transformações acadêmico-científicas da Educação Física e de áreas afins mediante a análise crítica da literatura especializada com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.
- Utilizar recursos da tecnologia da informação e da comunicação de forma a ampliar e diversificar as formas de interagir com as fontes de produção e de difusão de conhecimentos específicos da Educação Física e de áreas afins, com o propósito de contínua atualização e produção acadêmico-profissional.

De acordo ainda com a Política de Acompanhamento de Egressos, descrita em seu PDI, estão previstos mecanismos de acompanhamento dos egressos na sua atuação profissional.



## CONTEÚDOS CURRICULARES

Conforme a estrutura curricular acima, cada unidade curricular está associada a um conteúdo curricular.

Descrevem-se como Conteúdos Curriculares do curso adequando-se à DCN do curso e a formação do estudante:

**Formação Ampliada:** A Formação Ampliada deve abranger as seguintes dimensões do conhecimento:

- Relação ser humano-sociedade;
- Biológica do corpo humano;
- Produção do conhecimento científico e tecnológico.

**Formação Específica:** A Formação Específica, que abrange os conhecimentos identificadores da Educação Física, deve contemplar as seguintes dimensões:

- Culturais do movimento humano;
- Técnico-instrumental;
- Didático-pedagógico.

**Atividades Complementares (200h):** São componentes curriculares de caráter científico, cultural e acadêmico cujo foco principal é o estímulo à prática de estudos independentes, transversais, opcionais e interdisciplinares, de forma a promover, em articulação com as demais atividades acadêmicas, o desenvolvimento intelectual do estudante, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Representam, portanto, um conjunto de oportunidades de aprendizagem ofertada ao estudante. As atividades Acadêmico Científico Culturais contemplam ensino pesquisa e extensão, podendo ocorrer em outras instituições e localidades. Estão previstas para serem realizadas ao longo de todo o curso. Tais atividades estão regularmente implantadas na instituição por meio de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, mediante estudos e práticas de monitorias, programas de iniciação científica, programas de extensão, estudos complementares, participação em eventos científicos e cursos realizados em outras áreas afins.

**Componentes Curriculares Optativas: (40h)** Antropologia; Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Diversidade Étnico Racial e Direitos Humanos; Dança e Manifestações Folclóricas.

Desta forma, os conteúdos curriculares contribuem para a compreensão, interpretação, preservação, reforço, fomento e difusão das culturas nacionais, regionais e históricas, em um contexto de pluralismo e diversidade cultural, em consonância com as competências e habilidades gerais e específicas descritas na DCN do curso.

## ESTRUTURA CURRICULAR

### COERÊNCIA COM A DIRETRIZ CURRICULAR DO CURSO

Existe sintonia e coerência entre o currículo proposto para o curso, com seus componentes curriculares organizados e dispostos com base nos campos interligados de formação e o perfil desejado do egresso.

Todos os esforços são despendidos para que, ao longo da duração do curso, o aluno vivencie e adquira habilidades e competências necessárias para o exercício da profissão com ética, cidadania, consciência, proatividade e espírito empreendedor.

### FLEXIBILIDADE

Em relação à flexibilidade, o profissional deve conhecer todas as suas áreas de competência, de forma que possa definir melhor seu campo de atuação, bem como deve conhecer a dinâmica de outros segmentos de mercado que demandam profissionais competentes.

Existe ainda um componente curricular optativo, onde o estudante poderá escolher entre as disciplinas elencadas.

### ATIVIDADES COMPLEMENTARES E DE EXTENSÃO

Também visando a flexibilização curricular, o curso pode oferecer, a título de Atividades Complementares, palestras para todos os discentes ou específicas para quem está cursando determinada unidade de ensino, seminários, oficinas, fóruns de discussão, semanas acadêmicas, apresentação de trabalhos e temas desenvolvidos pelos discentes, visitas técnicas, bem como discussão de casos e eventos atuais e o impacto dos mesmos na sociedade.

São realizadas ainda atividades de extensão, visando: atender às demandas latentes da sociedade e do mercado de trabalho e propiciar uma visão sistêmica da atuação profissional.

## INTERDISCIPLINARIDADE

Visando à interdisciplinaridade, para maior integração de conhecimentos e desenvolvimento das habilidades do profissional, o curso possui como uma de suas atividades acadêmicas a elaboração de um trabalho interdisciplinar a cada período ou trabalho de conclusão de curso. Existe um tema transversal a ser desenvolvido e uma metodologia para o desenvolvimento desse trabalho. Dessa forma os discentes conseguem perceber a relação, de forma prática, entre as unidades de ensino que cursam em cada período do curso.

Além disso, os docentes sempre evidenciam em suas aulas a relação entre as unidades de ensino específicas que lecionam e as demais do curso. Isso favorece ao aluno entender, de forma global a importância de cada parte do conhecimento no todo da profissão.

## COMPATIBILIDADE DE CARGA HORÁRIA

Quanto à compatibilidade da carga horária total em horas, a estrutura curricular do curso contempla de forma excelente as unidades de ensino necessárias para atender às necessidades do mercado de trabalho e estão distribuídas, também de forma excelente, pela quantidade de carga horária total do curso.

Existe o cuidado e atenção em oferecer ao aluno uma formação orientada com a realidade local e nacional, distribuídas de forma coerente entre as unidades de ensino e suas respectivas cargas horárias.

Também existe toda atenção para que todas as unidades de ensino mais significativas e necessárias para a formação do profissional tenham carga horária mais expressiva.

## EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIA

Tendo em vista a definição de ementa como uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual / procedimental de uma disciplina foi elaborado o ementário, visando o que foi estabelecido como coerências existentes entre os perfis do egresso, competências e habilidades com os componentes curriculares visando claramente o atendimento ao que se definiu como Perfil do Egresso e suas Competências e Habilidades a serem desenvolvidas ao longo do curso. Abaixo se descreve o ementário e a adequação da bibliografia definida para as mesmas.

[Consulte o Plano de Ensino](#)

## ESTRUTURA CURRICULAR

A Estrutura Curricular, concebida posteriormente à definição do Perfil do Egresso e os Objetivos do Curso, apresenta-se de forma a contemplar aspectos de flexibilidade, interdisciplinaridade, compatibilidade de carga horária total (em horas), articulando aulas teóricas e práticas e atividades complementares.

[Consulte a Estrutura Curricular do Curso](#)

## METODOLOGIA

### OBJETIVOS METODOLÓGICOS

As metodologias utilizadas no curso têm como principais objetivos:

- Estar em consonância com o PPI e PDI;
- Garantir a construção da formação profissional e do perfil do acadêmico de maneira reflexiva, analítica, processual e articulada;
- Facilitar o processo de construção das competências e habilidades preconizadas nas DCNs;
- Sustentar a vivência interdisciplinar, o trabalho em equipe, compreendendo e valorizando os benefícios dessa prática na atividade profissional;
- Incentivar o cumprimento das Atividades Complementares; valorizar a educação continuada, incorporando as contribuições científicas e tecnológicas, com competência para explorar parte desse imenso potencial na democratização do conhecimento; e
- Propiciar aos discentes a possibilidade de saber ler a realidade criticamente, mantendo-se sempre informado, interpretando o mundo com autonomia, sendo capaz de produzir pensamentos e ações novos para um mundo em constante mudança;

### ATIVIDADES EM SALA DE AULA

Quanto às atividades na sala de aula, os procedimentos didáticos e metodológicos serão diversificados, envolvendo **atividades expositivas, dialogadas e explicativas, bem como debates, seminários diversos e trabalhos em grupos.**

Os docentes serão estimulados a fazer uso da criatividade e a utilizar métodos e técnicas participativas em suas atividades, visando o desenvolvimento e a integração do **aprender a conhecer, do aprender a fazer, do aprender a conviver e do aprender a ser.**

### INCENTIVO À LEITURA, ESCRITA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Neste contexto, o incentivo à leitura, à escrita e ao raciocínio para o conhecimento, a análise e a interpretação dos fenômenos biomédicos de todas as esferas perpassam o conjunto de unidades de ensino do curso.

Para auxiliar neste processo metodológico será necessária a adoção de novas **Metodologias Ativas de Aprendizagem** que proporcionem ao estudante o desenvolvimento do raciocínio lógico no âmbito de soluções sociais pertinentes ao curso, pois as mudanças do mundo contemporâneo têm refletido no redirecionamento das políticas de educação e saúde e no perfil dos profissionais que estão em processo de formação nos cursos de graduação, visando uma interação maior entre o mundo do ensino e o do trabalho, levando o aluno a pensar sempre na integração entre teoria e prática.

### INTEGRAÇÃO DAS ÁREAS DO CONHECIMENTO

Tornar-se-á necessário, portanto, integrar as diferentes áreas do conhecimento em todas as etapas do curso de graduação, destacando-se como eixo articulador, a interdisciplinaridade e a transversalidade. Será preciso percebê-las enquanto processo de integração recíproca entre as várias unidades de ensino oferecidas ao longo do curso e com os campos afins do conhecimento.

O processo de aprendizado e preparação proposto, compreende que o acadêmico necessita desenvolver uma visão crítica e comprometida com os princípios éticos; saber apresentar trabalhos e discutir ideias em público; ter capacidade de participar de debates contemporâneos e ser capaz de se posicionar em contextos de controvérsias, de inovações e de mudanças de paradigmas.

## ACESSIBILIDADE PLENA

A IES, visando a busca constante pela acessibilidade plena, garante o direito assegurado ao público alvo da educação especial, as condições de igualdade no acesso, na permanência e na terminalidade dos estudos na educação superior.

Tais condições são promovidas institucionalmente a partir da eliminação do conjunto de barreiras, a saber: arquitetônicas, pedagógicas, atitudinais, nas comunicações e digitais.

## ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado está devidamente regulamentado, implantado e disseminado entre docentes e discentes, visando atender aos aspectos carga horária, convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e coordenação da seguinte maneira:

## CARGA HORÁRIA

A Matriz Curricular do Curso de Bacharelado em Educação Física da IES está estruturada em 3200 horas, sendo que a carga horária de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório é de 400 horas.

## CONVÊNIOS

São obrigações da IES, como Concessora de Estágio:

- I. Firmar acordos de convênio com empresas e instituições públicas e privadas, a fim de oferecer Estágio Curricular Supervisionado;
- I. Intermediar a celebração do Termo de Compromisso de Estágio Curricular entre o estudante e a Instituição cedente do estágio.



## FORMAS DE APRESENTAÇÃO

A apresentação do estágio é um requisito obrigatório e é parte integrante da avaliação.

A apresentação do Estágio Supervisionado acontecerá nos seguintes formatos:

- Relatório escrito parcial e final das atividades desenvolvidas;
- Socialização das atividades desenvolvidas ao término do Estágio, obedecendo aos critérios de avaliação estabelecidos pelo Supervisor de Estágio.

A apresentação do estágio deverá obedecer os prazos previstos do cronograma.

Após avaliação dos relatórios pelo Professor Supervisor, estes deverão ser devolvidos aos estudantes

## COORDENAÇÃO E PRECEPTORIA

O Professor Supervisor de Estágio é um profissional indicado pelo Coordenador de Curso, responsável pela orientação, acompanhamento e avaliação do estudante no componente curricular de Estágio Obrigatório.

São atribuições do Professor Supervisor de Estágio :

- Acompanhar e avaliar o estudante durante o Estágio Curricular Supervisionado V;
- Conhecer previamente o campo profissional onde será realizado o Estágio Curricular;
- Reunir-se no início de cada período letivo com os estagiários do curso para informar sobre a sistemática do estágio e proceder orientações específicas à cada unidade de estágio;
- Elaborar Plano de Atividades estabelecendo teoria e prática, de acordo com as exigências da formação profissional;
- Cumprir o Plano de Atividades de Estágio estabelecido para cada componente curricular de Estágio;
- Dar conhecimento ao acadêmico das normas, os procedimentos e os critérios de avaliação do

Estágio;

- Registrar qualquer intercorrência identificada no desenvolvimento do Estágio;
- Orientar o discente estagiário, fornecendo os subsídios para a elaboração dos relatórios parciais e final de estágio;
- Participar das reuniões com a Coordenação do Curso para avaliar o desenvolvimento do Estágio;
- Registrar frequência e resultado da avaliação do Estágio, encaminhando os registros no prazo estabelecido à Coordenação do Curso;
- Manter organizada a documentação de cada discente estagiário;
- Entregar na Coordenação de Curso, antes de iniciar as práticas, cronograma constando início, término do estágio, bem como as atividades que serão desenvolvidas no estágio;
- Após a conclusão do estágio curricular, entregar na Coordenação do Curso relatórios e instrumentos de avaliação devidamente corrigidos e assinados;
- Proceder o lançamento das notas e frequências, no portal do docente/discente, ao final do estágio.

## AVALIAÇÃO

A avaliação do discente ficará condicionada aos seguintes aspectos:

- Pontualidade e assiduidade;
- Postura ética e profissional;
- Disposição para mudanças;
- Comunicação;
- Interação com a equipe de trabalho;
- Desempenho nas atividades de estágio;
- Desenvolvimento das atividades prevista para o estágio.

Outros critérios de avaliação poderão ser estabelecidos pelo professor supervisor de estágio, ouvida a coordenação de curso.

A avaliação dos relatórios dos Estágios Supervisionados será feita pelo professor orientador. No Estágio Supervisionado o estudante será considerado aprovado quando:

---

Cumprir a carga horária nos campos de estágio e atividades estabelecidas;  
Cumprir as atividades estabelecidas pelo coordenador e supervisor de estágio;  
Alcançar nota igual ou superior à sete (7,0).

**REGULAMENTO**

[Consulte o Regulamento de Estágio Supervisionado.](#)

## ATIVIDADES COMPLEMENTARES

As atividades complementares estão devidamente regulamentadas, implantadas e disseminadas entre docentes e discentes, visando atender aos aspectos de carga horária, diversidade de atividades e forma de aproveitamento da seguinte maneira:

### CARGA HORÁRIA

200h

### DIVERSIDADE DE ATIVIDADES E FORMA DE APROVEITAMENTO

**Categoria:** Atividades Científico-acadêmicas

**Atividade presencial ou a distância:** Evento científico: congresso, simpósio, ciclo de conferências, debate, workshop, jornada, oficina, fórum, seminário, entre outros.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 60h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação.

**Atividade presencial ou a distância:** Curso de extensão, aprofundamento, aperfeiçoamento e complementação de estudos

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação, com nota e frequência, se for o caso.

**Atividade presencial ou a distância:** Visita técnica.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 50h

**Documento Comprobatório Exigido:** Relatório com assinatura e carimbo do responsável pela visita.

**Atividade presencial ou a distância:** Pesquisa de iniciação científica, estudo dirigido ou de caso.

---

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 50h

**Documento Comprobatório Exigido:** Relatório final ou produto, com aprovação e assinatura do responsável – professor orientador.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Apresentação de trabalho em evento científico com publicação.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado do evento em nome do estudante comprovando a apresentação e cópia da publicação.

Será atribuído 10h por trabalho.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Apresentação de trabalho em evento científico sem publicação.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado do evento em nome do estudante, comprovando a apresentação.

Será atribuído 10h por trabalho.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Publicação de resumo em anais.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 50h

**Documento Comprobatório Exigido:** Cópia da publicação com timbre dos anais.

Será atribuído 10h por trabalho.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Publicação de artigo em revista científica.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 50h

**Documento Comprobatório Exigido:** Cópia da publicação com timbre/identificação da revista.

Será atribuído 10h por trabalho.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Defesas assistidas nos cursos de Pós-Graduação e Graduação, relativas à área de seu curso ou afins.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 20h

---

---

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Disciplina extracurricular realizada como complementação à grade curricular do curso.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação, com nota, frequência e aprovação.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Cursos básicos e/ou nivelamento

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 20h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação, com nota, frequência e aprovação.

---

**Categoria:** Atividades socioculturais

**Atividade presencial ou a distância:** Recital, peça teatral, apresentação musical, exposição, workshop, feira, mostra, museu, entre outros.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 10h

**Documento Comprobatório Exigido:** Ingresso do evento com data.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Participação em trabalho de ação social, comunitária ou extensionista.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 60h

**Documento Comprobatório Exigido:** Relatório das atividades desenvolvidas com aprovação e assinatura do professor responsável.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Cursos de língua estrangeira.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 20h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;

---

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 60h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado de participação.

---

**Categoria:** Atividades de prática profissional

**Atividade presencial ou a distância:** Monitoria (voluntária ou não).

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo professor responsável.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Estágio não-curricular

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Relatório das atividades desenvolvidas aprovadas e assinado pelo professor responsável.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Plano de intervenção, proposta para a solução de um problema identificado.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Relatório das atividades desenvolvidas aprovado e assinado pelo professor responsável.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Participação em projeto relacionado à Empresa Júnior.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 40h

**Documento Comprobatório Exigido:** Declaração da organização assinado pelo professor responsável.

---

**Atividade presencial ou a distância:** Instrutor em minicurso, oficina ou como palestrante.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 20h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado em nome do estudante com descrição da atividade.

---

**Categoria:** Outras Modalidades

**Atividade presencial ou a distância:** Outras atividades não contempladas, mas que possam ser consideradas importantes na complementação da formação acadêmica.

**Carga Horária Máxima (Horas)\*\*:** 50h

**Documento Comprobatório Exigido:** Certificado, declaração ou correspondente, a critério do Responsável pela validação das atividades complementares

\* Os cursos online ou em EAD não poderão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária estabelecida para as Atividades complementares realizadas antes do início do curso não poderão ser aproveitadas.

Alunos especiais (transferidos de outras IES) poderão aproveitar até 50% das atividades complementares desenvolvidas no curso anterior.

\*\* Carga horária máxima atribuída à atividade ou conjunto de atividades da mesma natureza.

Somente serão consideradas as atividades complementares realizadas durante o curso de graduação.

REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento das Atividades Complementares.](#)



## APOIO AO DISCENTE

### PROGRAMA DE BOLSAS E FINANCIAMENTO DE ESTUDO

Sendo uma entidade com fins lucrativos, com avaliação positiva pelo MEC, o FIES (Fundo de Financiamento Estudantil), um programa do Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas, pode ser contratado pelo estudante.

Destinamos ainda vagas para estudantes que solicitam o PROUNI (Programa Universidade para Todos), um programa do Ministério da Educação que tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior não gratuitas.

### PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Devidamente regulamentado, o programa de nivelamento tem como objetivo de relembrar conteúdo específicos do ensino médio, oferecendo atividades de nivelamento na modalidade EAD e de forma totalmente gratuita, a todos os estudantes ingressantes na IES. Tais atividades têm sua origem na tabulação dos erros de resolução das questões do Processo Seletivo e nas necessidades dos Projetos Pedagógicos dos Cursos e transcorrem as áreas de Português, Matemática e Química. Verifique na Secretaria Acadêmica e no endereço [www.athenasvirtual.com.br](http://www.athenasvirtual.com.br) como poderão realizar as atividades de nivelamento.

[Consulte o Regulamento do Programa de Nivelamento.](#)

### PROGRAMA DE MONITORIA

As atividades do Programa de Monitoria possuem regulamento próprio que define que a monitoria deverá ser desenvolvida nos componentes curriculares de formação básica, consistindo no

oferecimento de plantões de monitores, para o esclarecimento de dúvidas e orientação aos acadêmicos (as), extra sala de aula, a fim de complementar e aprimorar o aproveitamento das atividades acadêmicas.

[Consulte o Regulamento do Programa de Monitoria.](#)

#### PROGRAMA DE ATENDIMENTO PSICOPEDAGÓGICO

Devidamente regulamentado, este serviço de apoio objetiva orientar e auxiliar os estudantes para a solução de problemas acadêmicos e/ou relacionais que podem interferir no seu processo de aprendizagem. Caso você estudante, necessite de apoio psicopedagógico, por meio deste Programa, professores, coordenações e outros profissionais podem auxiliá-los ou ainda encaminhá-los para atendimento especializado a ser realizado por profissional da área.

[Consulte o Regulamento do Programa de Atendimento Psicopedagógico.](#)

#### PROGRAMA DE APOIO ÀS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNEs

Devidamente regulamentado, este programa faz parte de nossas ações, por meio do Núcleo de Acessibilidade. Seu principal objetivo é promover a acessibilidade de acordo com os referenciais de acessibilidade na educação superior e a avaliação in loco do sistema nacional de avaliação da educação superior (SINAES).

[Consulte o Regulamento do Núcleo de Acessibilidade.](#)

[Consulte o Regulamento do atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista](#)

#### PROGRAMA DE RETENÇÃO DISCENTE E APOIO AO EGRESSO

Preocupada com vida escolar e pós-escolar do estudante, a IES implantou um serviço por meio da Comissão de Relacionamento com o Discente, que visa prestar atendimento diferenciado aos estudantes buscando conhecê-lo melhor e definir indicadores que proporcionem meios de permanência dos discentes na IES. Tais indicadores são definidos por meio de Questionário Básico CRD (eletrônico ou

---

impresso).

[Consulte o Regulamento da Coordenação de Relacionamento com o Discente.](#)

## AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSO DE AVALIAÇÃO DO CURSO

### PROJETOS E PROCESSOS DE AUTOAVALIAÇÃO

A autoavaliação do curso é prática efetiva no IES, e tem sido (cursos em andamento), ou será (cursos em fase de autorização) plenamente aplicada no âmbito do curso.

O procedimento é completar o processo de Autoavaliação Institucional realizado pela CPA, porém, é insuficiente só constatar tal inserção sem transformar as informações geradas pelo processo em ações de potencialização capazes de garantir a consolidação de políticas institucionais que conduzam à reordenação das questões acadêmicas e administrativas.

De acordo com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, a avaliação institucional se efetiva em três processos:

- ❑ Avaliação da Instituições de Ensino Superior, que abrange duas etapas:
  - ❑ Auto-avaliação – coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES;
  - ❑ Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP;
  
- ❑ Avaliação dos Cursos de Graduação – feita por comissões externas que fazem reconhecimento e renovação de cursos;
  
- ❑ Avaliação do desempenho dos estudantes através do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes ENADE – (que “aferirá o desempenho dos estudantes em relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão”, segundo a Lei nº 10.861/2004 § 1º art. 5º), sendo realizado pelo INEP ao final do primeiro e do último ano dos cursos.

As **avaliações externas** – feitas por comissões de especialistas designados pelo INEP – se

constitui de análises documentais, visitas in loco, interlocução com membros dos diferentes segmentos da instituição e da comunidade. Estas informações ajudam a identificar pontos de estrangulamento e de potencialidades institucionais, além de subsidiarem a reformulação do projeto de desenvolvimento da IES.

A **avaliação interna** – é um processo de autocritica institucional por meio do qual a IES busca compreender coletivamente, os significados de suas realizações, identificando suas potencialidades e deficiências, estabelecendo estratégias de superação dos problemas e aprimoramento das ações que vêm sendo realizadas com êxito.

#### ANÁLISE E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO

Os dados serão trabalhados através de softwares específicos, que faz apuração das informações contidas nos diversos instrumentais aplicados junto a professores, servidores e alunos da Instituição, e junto a empresários e egressos dos cursos.

Os resultados referentes à atuação dos professores e dos coordenadores serão apresentados de forma conjunta através de gráficos e/ou tabelas estatísticas apropriadas para o caso, com resultados em números relativos (%) na base 100. As informações referentes às demais dimensões também receberão tratamento estatístico e serão apresentadas de forma conjunta, de modo que se tenha uma visão da dinâmica da Instituição como um todo e, particularmente, de cada um dos seus setores.

Os relatórios parciais e final serão organizados de forma que expresse a opinião da comunidade acadêmica e dos que se beneficiaram com as atividades desenvolvidas. O relatório contemplará ainda, críticas e sugestões apresentadas para a melhoria de suas ações. A CPA fará o encaminhamento do relatório ao Diretor Geral da instituição.

De acordo com a nota técnica nº 65 do INEP que sugere um relatório de Autoavaliação Institucional e suas versões parciais e integrais, está sendo elaborado um novo modelo de relatório.

A versão parcial do relatório parcial deverá contemplar as informações e ações desenvolvidas pela CPA no ano de referência (anterior), explicitando os eixos trabalhados.

## PLANO DE MELHORIAS A PARTIR DOS PROCESSOS AVALIATIVOS

Da mesma forma, de acordo com a nota técnica nº 65 do INEP que sugere um relatório de Autoavaliação Institucional e suas versões parciais e integrais, deverá ser elaborado um novo modelo de relatório, o plano de ações de melhoria à IES será apresentado quando do relatório integral.

Finalmente, a partir do ano de referência de 2016 o Relatório de Autoavaliação será submetido anualmente, por meio do Sistema e-MEC, ao longo de um período de três anos. Nos 2 primeiros anos, o relatório deverá ser inserido em sua versão parcial. No terceiro ano, será inserido em sua versão integral, conforme segue:

- até 31 de março de 2016 – 1º relatório parcial
- até 31 de março de 2017 – 2º relatório parcial
- até 31 de março de 2018 – relatório integral

## REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento da Comissão Própria de Avaliação - CPA](#)

[Consulte o Projeto da CPA](#)

[Consulte o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante.](#)

## TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICs – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

O curso é ministrado na modalidade de ensino presencial e, para tanto, a instituição disponibiliza diferentes mecanismos e tecnologias possibilitando a implementação desta modalidade de ensino de forma eficiente e eficaz.

As tecnologias da informação compreendidas por diversos recursos e o acesso rápido e fácil à internet, possibilitam maior integração de tecnologias e das propostas pedagógicas possibilitando uma aprendizagem mais significativa e atualizada. Por assim ser, estreita e facilita o trabalho do professor/aluno, dinamizando os processos de ensino e de aprendizagem.

O IES dispõe de estrutura tecnológica para o controle acadêmico, que permite a inserção de dados e informações de forma prática por parte do corpo docente. Com este sistema integrador, o corpo discente, obtém informação virtual das atividades avaliativas bem como da apuração da frequência, o que proporciona ganho de tempo, desempenho e confiabilidade.

O sistema de controle acadêmico conta também com ferramenta para disponibilização de material didático, que vêm contribuindo para o enriquecimento das atividades pedagógicas.

Os cursos e eventos promovidos pela Instituição, voltados para as comunidades externa e interna, são divulgados por diversos canais de comunicação, destacando-se entre eles o site da Instituição, permitindo a inscrição dos interessados de forma eletrônica remota.

A IES possui Laboratório (s) de Informática equipados com os softwares necessários para que os alunos possam desenvolver suas pesquisas e atividades acadêmicas e suas máquinas, devidamente interligados e conectados à Internet, possuem instalados softwares necessários para a prática pedagógica.

Para atender aos usuários em relação aos serviços de impressão a instituição possui um serviço terceirizado de reprografia e processamento de documentos.

Destaca-se, também, que todas as salas de aula da Instituição possuem sistemas multimídia (computador, equipamentos de som e projetor de imagens).

## PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Os processos de ensino-aprendizagem são entendidos como prática social que podem dinamizar outros processos sociais, oportunizando a construção de uma sociedade inclusiva e cidadã. Dentro desta prática, o curso utiliza procedimentos, métodos de ensino e processos de avaliação tradicionais implementados e coerentes com a proposta curricular. Refletem suficientemente o compromisso de interdisciplinaridade, desenvolvimento de espírito científico e formação de cidadãos e sujeitos autônomos.

A avaliação do desempenho discente é entendida como um diagnóstico do desenvolvimento do estudante em relação ao processo de ensino aprendizagem, na perspectiva de seu aprimoramento, tendo por objetivos.

1. Diagnosticar a situação de aprendizagem do estudante para estabelecer objetivos que nortearão o planejamento da prática docente;
2. Verificar os avanços e dificuldades do estudante no processo de construção e de recriação do conhecimento, em função do trabalho desenvolvido;
3. Fornecer aos professores elementos para uma reflexão sobre o trabalho realizado, tendo em vista o redirecionamento do planejamento do componente curricular;
4. Possibilitar ao estudante tomar consciência de seus avanços e dificuldades, visando ao seu envolvimento no processo de ensino aprendizagem;
5. Embasar a tomada de decisão quanto à promoção ou retenção dos estudantes.

### DOS PROCESSOS AVALIATIVOS SEMESTRAIS

A avaliação do desempenho discente em cada uma das componentes curriculares, atividades, estágios e trabalho de conclusão de curso far-se-á por meio de procedimentos que comprovem assiduidade e aproveitamento dos estudos realizados pelos estudantes.

O conceito obtido deverá ser, obrigatoriamente, em cada bimestre, resultado da aplicação de diferentes instrumentos, priorizando as avaliações individuais;

O desempenho do estudante será expresso em conceitos decorrentes dos processos



avaliativos a que foi submetido, em escala numérica de zero(0) a dez (10), permitida a fração de cinco décimos (0,5) e lançada em um sistema de controle acadêmico juntamente com as faltas e em data previamente estipulada no calendário acadêmico institucional.

Em cada semestre letivo, o desempenho do estudante será expresso em conceitos parciais decorrentes das modalidades avaliativas a que foi submetido:

São consideradas modalidades avaliativas as seguintes avaliações:

**I. Três (03) Avaliações Individuais;**

**A 1.** Avaliação do 1º Bimestre;

**A2.** Avaliação do 2º Bimestre;

**A 3.** Avaliação Institucional – Prova Athenas;

**II. Uma (01) Avaliação de Caráter Múltiplo a serem aplicadas pelos docentes tais**

**como:**

**A 4.** Avaliações Múltiplas:

Modalidade 1 - Trabalhos escritos (individuais);

Modalidade 2 - Trabalhos escritos (em grupo);

Modalidade 3 - Seminários (individuais);

Modalidade 4 - Seminários (em grupo);

**DA ESTRUTURA E VALIDAÇÃO DAS AVALIAÇÕES SEMESTRAIS**

As avaliações semestrais devem considerar as seguintes estruturas:

- As avaliações A1 e A2, devem conter obrigatoriamente quatro (04) questões objetivas conforme estrutura das questões do ENADE, ficando as demais ao critério do Docente.
- A Avaliação A3 adotará estrutura conforme estrutura das questões do ENADE.
- A avaliação A4 será ao critério do docente.

As avaliações deverão ser validadas pela coordenação do curso considerando-se que:

- Para as avaliações A1 e A2, o docente deverá entregar cópia ao coordenador do curso, de acordo com o estipulado no Calendário Acadêmico vigente, para análise prévia.
- A avaliação A3 será elaborada pelo Departamento Pedagógico, portanto isenta da validação da coordenação do curso.
- A avaliação A4, ao critério do docente, está isenta de validação pela coordenação do curso.

#### **DA APLICAÇÃO DAS AVALIAÇÕES**

As avaliações deverão ser aplicadas pelos docentes em horário previamente definido obedecendo-se o período das avaliações estipulado no calendário acadêmico.

#### **DOS CÁLCULOS DOS CONCEITOS AVALIATIVOS SEMESTRAIS**

Os conceitos finais das avaliações serão assim definidos.

- A avaliação (A1), (A2) e (A3) serão únicas, individuais e escritas, sendo que cada uma delas terá peso de 10,0 pontos.
- A avaliação (A4), composta por avaliações de caráter múltiplo, não poderão ultrapassar o número de duas (02) avaliações, sendo-lhes distribuídas ao critério do docente o peso que somado seja equivalente aos 10 pontos.

O cálculo do Conceito Final Semestral dar-se-á através da média dos conceitos obtidos nas quatro (04) Etapas, de acordo com a equação abaixo.

$$\text{CONCEITO FINAL SEMESTRAL} = (A1 \times 0,3) + (A2 \times 0,3) + (A3 \times 0,15) + (A4 \times 0,25)$$

#### **DA APROVAÇÃO NA COMPONENTE CURRICULAR**

Para ser aprovado o estudante deverá obter o Conceito Final Semestral igual ou superior a sete (07), além de frequência às aulas igual ou superior a setenta e cinco por cento (75%).

Caso o estudante não atinja o Conceito Final Semestral de no mínimo, sete (07) pontos, mas

que seja igual ou superior a quatro (04) pontos, e ainda tenha frequentado o mínimo de setenta e cinco por cento (75%) das atividades acadêmicas, poderá fazer o Exame Final.

Caso o estudante não atinja o Conceito Final Semestral de no mínimo, sete (07) pontos, obtenha Conceito Final Semestral inferior a quatro (04) ponto, ou ainda frequência menor que setenta e cinco por cento (75%), o mesmo estará reprovado no componente curricular, devendo cursá-la adiante na modalidade de dependência.

#### **DA APROVAÇÃO EM EXAME FINAL**

Para ser aprovado após o Exame Final, o estudante deverá obter Conceito Final maior ou igual a cinco (05) pontos.

Para o cálculo do Conceito Final consideram-se a média da soma entre o Conceito Final Semestral e o Conceito do Exame Final, de acordo com a equação abaixo:

$$\text{CONCEITO FINAL} = (\text{CONCEITO FINAL SEMESTRAL} + \text{CONCEITO DO EXAME FINAL}) / 2$$

#### **DA AVALIAÇÃO DAS DEMAIS COMPONENTES CURRICULARES**

##### **Atividades Complementares, TCC e Estágio Supervisionado**

As atividades complementares, trabalhos de conclusão de curso e estágios supervisionados, terão suas atividades desenvolvidas e avaliadas de acordo com o disposto no Projeto Pedagógico e em seus respectivos Regulamentos.

Para estas atividades será utilizado o conceito final *suficiente* para aprovação e *insuficiente* para reprovação.

#### **DAS PENALIDADES**

O estudante que usar meios ilícitos nos procedimentos de avaliação do rendimento escolar sofrerá as sanções cabíveis por ato de improbidade.

---

## **DO REGISTRO DOS CONCEITOS**

O registro dos conceitos e frequências obtidas pelos estudantes são de responsabilidade exclusiva do professor, cabendo seu controle à Secretaria Acadêmica.

## **DAS SITUAÇÕES PONTUAIS – 2ª CHAMADA, REVISÕES DE PROVAS E SOLICITAÇÃO DE EXERCÍCIOS DOMICILIARES**

As solicitações de 2ª Chamada, revisões de provas, solicitação de exercícios domiciliares (em conformidade com legislações específicas) serão analisadas pelos Colegiados dos Cursos.

## NÚMERO DE VAGAS

O número de vagas autorizadas 100 (cem) vagas, ofertada no período noturno.

Esse número de vagas proposto, corresponde plenamente à dimensão do corpo docente e às condições de infraestrutura da IES.

<b>Letivo 2017.2</b>		
<b>Turma/ano de entrada</b>	<b>Período</b>	<b>Matriculados</b>
BEF1 (2017.2)	1º Período	09 estudantes
BEF2 (2017.1)	2º Período	29 estudantes
BEF3 (2016.2)	3º Período	03 estudantes
BEF4 (2016.1)	4º Período	25 estudantes

## OS EXECUTORES

### ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

#### CONCEPÇÃO

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação dos Projetos Pedagógicos de cada curso, nos termos da resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010.

O Núcleo Docente Estruturante – NDE é constituído por, no mínimo 05 (cinco) docentes, incluindo a Coordenação do Curso.

Os representantes docentes do NDE são indicados pelo coordenador do curso, ouvida a Coordenação Pedagógica Geral da Faculdade.

Respeitando-se a Resolução CONAES nº 1 de 17 de Junho de 2010, os critérios utilizados para indicação e escolha dos membros do NDE são:

- Titulação acadêmica (60% com pós-graduação stricto sensu);
- Regime de trabalho (80% com regime de trabalho parcial e 20% com regime de trabalho integral).
- Experiência profissional e de gestão acadêmica (> experiência na área afim);

#### ACOMPANHAMENTO

O NDE reúne-se, ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação da Direção Geral ou da Coordenação Pedagógica Geral da Faculdade.

As decisões do NDE são tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, sendo estas formalizadas em Ata.

## ESTRATÉGIA DE RENOVAÇÃO PARCIAL DOS INTEGRANTES DO NDE DE MODO A ASSEGURAR CONTINUIDADE NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DO CURSO

A renovação parcial dos integrantes do NDE (Núcleo Docente Estruturante) se dará:

- Por solicitação do próprio docente;
- Pela perda definitiva do vínculo empregatício com a Faculdade ou interrupção temporária, de fato ou de direito, do exercício de suas atividades acadêmicas na instituição;
- Por deixar de cumprir as tarefas inerentes às atribuições do NDE que lhe forem cometidas.

## ATRIBUIÇÕES, CONSOLIDAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PPC

São atribuições dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante:

- Propor e realizar a formulação ou a reformulação do Projeto Pedagógico do curso para apreciação do Colegiado do Curso;
- Acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto Pedagógico do curso, propondo as correções que se apresentem necessárias à sua integral consecução;
- Orientar para aprovação do Colegiado de Curso, Projetos de iniciação científica, para a Pós-Graduação e de Nivelamento ou Atividades de Extensão, com vistas a tornar efetiva a aplicação, no âmbito da instituição, do princípio da unidade entre ensino, iniciação científica e extensão;
- Sugerir a aquisição de material didático e bibliografia para o curso;
- Definir parâmetros com vistas a apreciar e avaliar os Planos de Ensino elaborados pelos professores do curso, apresentando sugestões de melhoria;
- Aconselhar sobre situações e recursos que colaborem com o processo de ensino e aprendizagem do aluno;

➤ Sugerir, sempre que forem necessárias formas de avaliação que valorizem o conhecimento e a vivência do aluno;

O NDE será dirigido pelo coordenador do curso que o preside.

Compete ao Coordenador do NDE:

- Convocar e coordenar as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;
- Representar o NDE junto aos órgãos da instituição;
- Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidida pelo núcleo e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar as atas;
- Coordenar a integração do NDE com o Conselho de Ensino, Superior, os colegiados e demais setores da instituição;
- Acompanhar o plano de trabalho e outras atividades do NDE.

## MEMBROS

Nome	Titulação	Regime de Trabalho
Prof.º Esp. Diego Ávalo Moraes	Especialização	Integral
Profª. Me. Marilu Palma de Oliveira	Mestrado	Parcial
Profª. Me. Anna Lúcia da Silva	Mestrado	Integral
Profº. Me. Rener Santos de Carvalho	Mestrado	Parcial
Profº. Me. José Aparecido Martins	Mestrado	Parcial

## REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento do Núcleo Docente Estruturante do Curso.](#)



## ATUAÇÃO DA COORDENAÇÃO DO CURSO

### DESCRIÇÃO

A coordenação do curso é o responsável pela gestão do curso.

Para isto, este possui representatividade junto ao Conselho Deliberativo e Fiscal (CONDEF) por meio da representação do docente no CONDEF.

O coordenador também é membro titular e representante do corpo docente no Conselho de Ensino e Extensão (CEEX), além de ser presidente nato do Colegiado do Curso e do Núcleo Docente Estruturante do Curso.

[Consulte o Regulamento do Conselho Deliberativo e Fiscal.](#)

[Consulte o Regulamento do Conselho de Ensino e Extensão.](#)

## FUNCIIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

### DESCRIÇÃO

O Colegiado do Curso está devidamente regulamentado no curso a partir de sua autorização, atuando por meio de duas reuniões semestrais e, quando necessário, reuniões extraordinárias, realizando todos os registros por meio de Atas naquilo que lhe concerne, entre outros o encaminhamento das decisões pré-definidas pelos Conselhos Superiores CONDEF, CEEEX e Direção da IES.

### REPRESENTATIVIDADE DOS SEGMENTOS

De acordo com o Regulamento do Colegiado este é constituído por:

- 01 Presidente (Coordenação do Curso);
- 01 Coordenador Pedagógico Geral;
- 02 Representantes docentes;
- 01 Representante Discente;

### PERIODICIDADE DAS REUNIÕES

O Colegiado de Curso reúne-se, ordinariamente, em datas fixadas no calendário acadêmico e, extraordinariamente, quando convocado por seu Coordenador, ou por solicitação do Diretor-Geral ou do Diretor Acadêmico da Faculdade e, ainda, pelo Diretor Acadêmico do Instituto Superior de Educação, quando se tratar de cursos de formação de professores para atuar na educação básica, neste último caso.

## REGISTROS

Todas as decisões do Colegiado de Curso serão formalizadas em ata.

## ENCAMINHAMENTOS DAS DECISÕES

Compete ao Colegiado de Curso:

- Deliberar sobre recursos e representações de discentes em matéria didática e disciplinar;
- Dar parecer em processos sempre que for solicitado;
- Organizar anualmente o calendário escolar em conjunto com o diretor da Faculdade;
- Examinar e aprovar modificações nos currículos dos cursos;
- Pronunciar-se e deliberar sobre pedidos de aproveitamento de estudos, transferências, adaptações, readmissões e reabertura de matrículas, bem como sobre matrículas aos portadores de diploma de nível superior;
- Opinar sobre admissão, promoção, afastamento, demissão e dispensa do seu pessoal docente e técnico administrativo.
- Aprovar as normas de funcionamento dos estágios curriculares supervisionados;
- Exercer as demais atribuições que lhe sejam previstas em lei e neste regulamento.

## REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento do Colegiado do Curso](#)

## A INFRAESTRUTURA DE APOIO

### GABINETES DE TRABALHO PARA PROFESSORES TEMPO INTEGRAL

#### DESCRIÇÃO

A Faculdade oferece espaço de trabalho aos docentes em tempo Integral dispondo da seguinte descrição:

01 sala com área de 46,40m<sup>2</sup>, com 24 estações de trabalho contendo: 01 mesa de diâmetro de 1,00m para três pessoas (para utilização de notebook); 01 sofá de 03 lugares; 24 armários individuais; 01 móvel (armário) como aparador para bandeja e cafeteira, por exemplo.

Estão disponíveis também:

- Sala de Reuniões, de 27,54m<sup>2</sup>, contendo mesa para 20 lugares, sofá de 03 lugares, armário como aparador, data-show, computador e periféricos além de microfone, câmera e caixas de som;
- Sala de Colegiado, de 11,00m<sup>2</sup>, contendo mesa para 08 lugares e armário como aparador.
- Duas Salas de NDE, com 10,26m<sup>2</sup> cada, contendo mesa para 08 lugares e armário como aparador, em ambas;

Todos os ambientes dispõem de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

## ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO E PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS

### DESCRIÇÃO DO ESPAÇO DE TRABALHO PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO

A Faculdade possui ambientes distintos para a prestação dos serviços acadêmicos, distribuídos da seguinte maneira:

- Área e estações de trabalho destinadas ao ambiente das Coordenações de Curso 178 m<sup>2</sup> e 15 estações de trabalho.

### DESCRIÇÃO DO ESPAÇO UTILIZADO PARA OS SERVIÇOS ACADÊMICOS (SECRETARIA ACADÊMICA)

261 m<sup>2</sup> dividido em ambientes distintos para a prestação dos serviços acadêmicos, distribuídos da seguinte maneira:

- Área e estações de trabalho destinadas à Secretaria Acadêmica - 64 m<sup>2</sup> e 6 estações de trabalho.
- Área destinada ao ambiente da Secretária das Coordenações de Cursos - 5m<sup>2</sup>.
- Área destinada ao ambiente da Coordenação Pedagógica da IES - 8 m<sup>2</sup>.

### DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DISPONÍVEIS AOS ESTUDANTES NO SISTEMA ACADÊMICO

A IES utiliza o Sistema de Informação ASP da empresa Gennera, com as funções de controle acadêmico.

O programa é abastecido com dados fornecidos pelos professores, como registro de conteúdo, atividades compondo os Diários das turmas e disponibilizar de maneira prática e rápida a frequência e notas dos alunos, através do Site da IES com o serviço Web Professor. O serviço Web Aluno pode ser acessado por cada acadêmico, verificando sua nota e frequência e ainda receber materiais

didáticos on-line.

Desta forma, nossa organização educacional é personalizada quanto à estrutura de ensino, e padronizada unindo todos os dados num único sistema com acesso a todos os colaboradores, facilitando na comunicação.

Exemplificando, cita-se abaixo os serviços oferecidos aos colaboradores e alunos, por meio da utilização da tecnologia de informação e comunicação existente.

- Google Apps;
- Portal do aluno;
- Portal do Professor;
- Portal de Periódicos;
- Ouvidoria;
- Athenas Virtual;
- Fale conosco;

## SALA DE PROFESSORES

### DESCRIÇÃO

A sala dos professores da IES é um ambiente destinados à socialização dos professores, a Faculdade conta com 01 (uma) Sala de professores com área de 95m<sup>2</sup>.

A sala dispõe de mesas, cadeiras, banheiros, televisão, sofá, copa e armários, 12 tomadas para notebooks; 4 estações de trabalho (computadores); 52 armários; e um anexo, com balcão de acesso, chamado de "secretaria docente", como apoio, onde encontram-se 3 secretárias, impressoras, armários e sala de arquivos, que prestam a função de atendimento aos professores, como entrega de diários, provas, notas, conteúdos programáticos, cronogramas de aulas, apoio logístico.

Este ambiente dispõe de equipamentos adequados ao número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

## SALA DE AULA

### DESCRIÇÃO

A Faculdade dispõe atualmente de salas de aula com mobiliários e equipamentos necessários e mantidos de forma adequada naquilo que concerne aos espaços físicos, contando com:

- 48 salas de 48 m<sup>2</sup>, com capacidade para 40 estudantes;
- 35 salas de 56 m<sup>2</sup>, com capacidade para 50 estudantes;
- 15 salas de 64 m<sup>2</sup>, com capacidade para 55 estudantes;
- 09 salas de 72 m<sup>2</sup>, com capacidade para 60 estudantes;
- 02 salas de 81 m<sup>2</sup>, com capacidade para 70 estudantes;
- 06 salas de 90 m<sup>2</sup>, com capacidade para 80 estudantes;
- 07 salas de 97 m<sup>2</sup>, com capacidade para 90 estudantes;
- 01 espaço de 820 m<sup>2</sup> para instalações de futuras salas de aula.

As salas de aula possuem boa acústica, boa iluminação, acessibilidade e comodidade para os estudantes e professores, além de possuírem ar condicionado, equipamentos para projeção de aulas (Data show), quadro de acrílico e equipamento de som. Desta forma, as salas de aulas estão adequadas para o desenvolvimento do curso.



## ACESSO DE ALUNOS AOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

### DESCRIÇÃO

A Faculdade disponibiliza laboratórios de informática para serem utilizados pelos alunos (as). Segue abaixo a descrição do (s) Laboratório (s) de Informática.

- 04 salas com área total de 224 m<sup>2</sup>, e capacidade para 200 estudantes, contendo:

Datashow; Telas de Projeção; 120 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos e professor.

- 01 Laboratório de Redes com área total de 48 m<sup>2</sup>, e capacidade para 40 estudantes;

Datashow; Telas de Projeção; 20 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos e professor.

- 01 Laboratório de EaD com área total de 48 m<sup>2</sup>, e capacidade para 40 estudantes;

Datashow; Telas de Projeção; 20 Computadores, sendo um para cada 02 estudantes; Roteadores; Mesas e Cadeiras para acomodação dos alunos, professores e tutores.

Todos os discentes têm livre acesso a equipamentos de informática. Este acesso é regulamentado conforme o Regimento do Laboratório de Informática, disponibilizado aos alunos no próprio laboratório.

Ainda, e de acordo com a Portaria Ministerial nº. 3.284, de 07 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, a IES está preparada para atender todos os alunos portadores de necessidades especiais.

Sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, estas adaptações privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, bem como serão oferecidos recursos tais como computadores tanto no laboratório de informática quanto na

biblioteca, equipados com os programas: DOSVOX, um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto nível de independência no estudo e no trabalho. O sistema realiza a comunicação com o deficiente visual através de síntese de voz em Português, sendo que há síntese de textos a ser configurada para outros idiomas; NVDA (Acesso Não-visual ao Ambiente de Trabalho) um software livre, de código aberto, onde qualquer pessoa que entende do assunto pode contribuir para o seu aperfeiçoamento; VIRTUAL VISION que “varre” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo. A navegação é realizada por meio de um teclado comum, e o som é emitido através da placa de som presente no computador. O Virtual Vision também acessa o conteúdo presente na Internet através da leitura de páginas inteiras, leitura sincronizada, navegação elemento a elemento e listagem de hyperlinks presentes nas páginas; JAWS Um software de síntese de voz que utiliza placa e caixas de som do computador para vocalizar as informações exibidas no monitor. O computador fala desde o primeiro momento para guiar o usuário passo a passo através desde a instalação a utilização do software.

Toda a estrutura conta com serviço de internet Wi-Fi com alta velocidade, além de quantidade adequada de equipamentos relativo ao número de usuários, política de atualização de equipamentos e softwares e adequação do espaço físico.

## BIBLIOGRAFIA

A Biblioteca está devidamente regulamentada e se responsabiliza pela preservação, atualização e difusão do conteúdo do acervo da biblioteca.

Pelo Portal de Periódicos disponível no site é possível acessar bases de dados de publicações, como, por exemplo, revistas eletrônicas, além do acesso ao Portal de Periódicos da Capes, uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional.

A biblioteca trabalha no sentido de atenderem aos diversos segmentos da comunidade, oferecendo os serviços:

- Empréstimo do material informacional aos usuários cadastrados na Biblioteca.
- Comutação bibliográfica nacional para os usuários que possuam vínculo com a Instituição.
- Orientação/treinamento informal aos usuários.
- Visitas orientadas agendadas aos interessados.
- Normalização técnica.
- Catalogação na publicação.
- Utilização da Internet direcionada à pesquisa.
- Guarda-volumes para bolsas, cadernos, pastas disponíveis aos usuários que forem utilizar o espaço interno e serviços da Biblioteca.

A Biblioteca possui ainda uma acervo bibliográfico para atender a todos os cursos de graduação. Tal acervo é constantemente atualizado.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

A bibliografia básica a ser utilizada no curso compõe-se no mínimo de 03 (três) títulos (livros) para cada componente curricular, sendo que cada um dos títulos possui no mínimo 07 (sete) exemplares disponíveis para o estudo e pesquisa dos acadêmicos do curso na biblioteca, perfazendo um exemplar para cada 11 a menos de 15 vagas autorizadas.

## BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Toda a bibliografia complementar do Curso está adequada para atender seus alunos, apresentando no mínimo 04 títulos diferentes para cada um dos componentes curriculares do curso, sendo que cada um dos títulos possui no mínimo 02 (dois) exemplares disponíveis para o estudo e pesquisa dos acadêmicos do curso na biblioteca.

## RELAÇÃO DE PERIÓDICOS

Destacamos abaixo os periódicos especializados, indexados e correntes, sob a forma impressa ou virtual, disponibilizados no acervo da Biblioteca para consulta dos estudantes.

[Acesse o Portal dos Periódicos do Curso](#)

## REGULAMENTO

[Consulte o Regulamento da Biblioteca.](#)

## LABORATÓRIOS DIDÁTICOS ESPECIALIZADOS

### QUANTIDADE

Naquilo que concerne à quantidade de laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados com suas respectivas normas de funcionamento e utilização possuindo equipamentos em quantidade adequada aos espaços físicos e vagas autorizadas e em andamento.

Nome do Laboratório	Link de Acesso ao regulamento
Laboratório de Informática	<a href="#">Clique aqui para acessar</a>
Laboratório de Anatomia Humana	<a href="#">Clique aqui para acessar</a>
Laboratório de Primeiros Socorros	<a href="#">Clique aqui para acessar</a>
Laboratório de Mecanoterapia	<a href="#">Clique aqui para acessar</a>

### QUALIDADE – POLÍTICAS DE MANUTENÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

Naquilo que concerne à qualidade dos laboratórios especializados do curso, os mesmos encontram-se implantados com suas respectivas normas de funcionamento e utilização e, estão perfeitamente adequados e providos de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, políticas de atualização de equipamentos e disponibilidade de insumos.

### SERVIÇOS – POLÍTICAS DE ATENDIMENTO À COMUNIDADE

Naquilo que concerne aos serviços dos laboratórios especializados do curso, os mesmos

encontram-se implantados contando com apoio técnico e políticas de atendimento à comunidade.

## REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

### DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DO CURSO

O Curso foi embasado nas diretrizes curriculares específicas para o mesmo, atendendo a mesma em relação ao perfil do egresso, competências e habilidades, trabalho de conclusão de curso, estágio curricular e atividades complementares.

No que tange à carga horária do curso, todas as definições dos percentuais atendem ao que determina a diretriz curricular do curso.

### DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA

Definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Étnico-Racial e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena no ementário do curso, por meio das componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

### DIRETRIZES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Para atender ao Parecer CNE/CP 8/2012, definimos como forma de inserção de temáticas

relacionadas com os Direitos Humanos, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.

## PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

De acordo com o disposto na Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, promovemos a aceitação da matrícula deste aluno, bem como, por meio do Núcleo de Acessibilidade, incentivamos a formação e a capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, a pais e responsáveis e estimulamos a pesquisa científica relativa ao tema, por meio de ações do Núcleo de Acessibilidade instituído na IES.

[Consulte o Regulamento do atendimento ao Aluno com Transtorno do Espectro Autista](#)

## TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Para atendermos ao artigo 66 da Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), todo o corpo docente do curso possui no mínimo pós-graduação em grau lato-sensu e/ou stricto-sensu.

## NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

O Núcleo Docente Estruturante – NDE constitui segmento da estrutura de gestão acadêmica de cada Curso de Graduação, com atribuições consultivas, propositivas e avaliativas sobre matéria de natureza acadêmica, responsável pela criação, implementação e consolidação dos Projetos Pedagógicos

de cada curso, nos termos da resolução CONAES Nº 1, de 17 de junho de 2010.

Descrevemos no item disposto no Capítulo dos Executores, como se dá a **concepção, o acompanhamento, as estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso e a consolidação e avaliação do PPC**

## CARGA HORÁRIA MÍNIMA

Atendermos à Carga horária mínima (em horas) para todos os cursos e de acordo com todas as resoluções específicas.

A carga horária total do curso pode ser visualizada no item Contextualização do curso e no item Estrutura Curricular curso.

## TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO

Atendemos ao Tempo de Integralização para todos os cursos e de acordo com todas as resoluções específicas.

O tempo de integralização do curso pode ser visualizado no item contextualização do curso no Projeto Pedagógico do Curso.

## CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA OU MOBILIDADE REDUZIDA

A IES entende a acessibilidade numa forma ampla que pode ser assim explicitada, conforme descrita em seu PDI:

- **Acessibilidade Atitudinal** - São implantadas ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. São priorizados recursos para essas ações;



- **Acessibilidade Arquitetônica** - As barreiras ambientais físicas são eliminadas, com a existência de rampas, banheiros adaptados, piso antiderrapante, entre outras;
- **Acessibilidade Metodológica** - As metodologias e técnicas de aprendizagem são priorizadas, tal como a forma como os professores concebem conhecimento, avaliação e inclusão educacional, promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência;
- **Acessibilidade Programática** - Sensibilização das políticas de regulação e acesso facilitado às informações de direitos e deveres dos estudantes;
- **Acessibilidade Instrumental** - As ferramentas de estudo devem superar barreiras, priorizando a qualidade do processo de inclusão plena;
- **Acessibilidade nos Transportes** - Elimina barreiras de locomoção, promovendo facilidade e segurança;
- **Acessibilidade nas Comunicações** - A comunicação interpessoal prevê eliminar barreiras, com disponibilização de outros meios, tais como multimídias e intérpretes; e
- **Acessibilidade Digital** - Utiliza-se de diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso à informação e ao conhecimento, independentemente de sua deficiência.

A IES tem buscado efetivar as ações de acessibilidade pela via da responsabilidade social expressa na Lei do SINAES e do reconhecimento da diversidade não apenas do sistema, mas dos alunos que frequentam a IES.

A instituição tem procurado observar os principais dispositivos legais e normativos produzidos em âmbito nacional e internacional, discriminados no quadro abaixo, que enfatizam a educação de qualidade para todos e, ao constituir a agenda de discussão das políticas educacionais, reforçam a necessidade de elaboração e implementação de ações voltadas para a universalização do acesso à educação superior.

A Instituição dispõe de infraestrutura planejada para portadores de necessidades especiais, e atende também ao que estabelece a Portaria Ministerial N° 3.284 de 7 de novembro de 2003, D.O.U.

de 11 de novembro de 2003.

Para alunos com deficiência física cabe destacar a preocupação da Entidade Mantenedora em propiciar total Acessibilidade Arquitetônica com a eliminação das barreiras ambientais físicas, existência de rampas, piso antiderrapante, adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeiras de rodas, colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros, instalação de lavabos e bebedouros em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas.

Há também reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços.

O atendimento aos portadores de necessidades especiais é considerado prioritário na IES e está incluído no que acreditamos e divulgamos como responsabilidade social institucional

Em relação aos alunos com deficiência visual ou auditiva, a IES firma seu compromisso de, no caso de solicitada, aparelhar-se e garantir as condições de acesso durante todo o período em que o interessado estiver matriculado na Instituição. Com relação aos deficientes auditivos e visuais, a IES disponibiliza, em seu quadro de pessoal, intérprete de LIBRAS e assessoria de especialista em Braille.

Observado o disposto acima a IES, visando a identificar os estudantes portadores de deficiências – especialmente os ingressantes - e a eles oferecer condições de acessibilidade e de participação no processo de ensino-aprendizagem durante todo o período de sua permanência na Instituição, estabeleceu os seguintes procedimentos:

- No ato da inscrição para o processo seletivo – levantamento das eventuais necessidades especiais para realização das provas;
- No ato da matrícula – aplicação de questionário ao matriculando, no qual se incluem questões sobre a existência ou não de deficiências ou mobilidade reduzida que venham a exigir, no decorrer do curso, condições especiais de acessibilidade;
- No decorrer do curso – oferecimento de condições de acessibilidade aos estudantes que, posteriormente ao seu ingresso na Instituição, venham a apresentar deficiências ou mobilidade reduzida, temporária ou permanente;
- No decorrer do curso - Acessibilidade Metodológica - promovendo processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a

aprendizagem de estudantes com deficiência.

As ferramentas de inclusão a serem disponibilizadas na IES ocorrerão com a aquisição dos seguintes softwares, sem prejuízo de acessibilidade às demais dependências da infraestrutura física, privilegiam o acesso de deficientes à biblioteca, laboratórios e espaços de convivência, bem como serão oferecidos recursos tais como computadores tanto no laboratório de informática quanto na biblioteca, equipados com os programas: DOSVOX, um sistema para microcomputadores da linha PC que se comunica com o usuário através de síntese de voz, viabilizando, deste modo, o uso de computadores por deficientes visuais, que adquirem assim, um alto nível de independência no estudo e no trabalho; NVDA (Acesso Não-visual ao Ambiente de Trabalho) um software livre, de código aberto, onde qualquer pessoa que entende do assunto pode contribuir para o seu aperfeiçoamento; VIRTUAL VISION que “varre” os programas em busca de informações que podem ser lidas para o usuário, possibilitando a navegação por menus, telas e textos presentes em praticamente qualquer aplicativo; e JAWS, um software de síntese de voz que utiliza placa e caixas de som do computador para vocalizar as informações exibidas no monitor. O computador fala desde o primeiro momento para guiar o usuário passo a passo através desde a instalação a utilização do software. O (a) tradutor (a) de Libras também estará disponível para os estudantes nos ambientes que forem necessários (AVA, sala de aula, avaliações, etc).

## DISCIPLINA DE LIBRAS

Para atendermos à oferta de Disciplina de Libras conforme Decreto N° 5.626/2005, inserimos a disciplina como optativa nos cursos de grau de Bacharelado e Tecnológicos.

Para os cursos de grau de Licenciatura, a disciplina como componente curricular obrigatório a ser cursado pelo estudante.

O ementário e a bibliografia complementar da disciplina de Libras pode ser consultado (a) no item Estrutura Curricular Curso.

## INFORMAÇÕES ACADÊMICAS

Para atendermos ao que se refere à apresentação das Informações acadêmicas conforme Portaria Normativa N° 40 de 12 de dezembro de 2007, alterada pela Portaria Normativa MEC N° 23 de 01 de dezembro de 2010, publicada em 29/12/2010, informamos que, após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento. Assim, a instituição compromete-se em afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, informando especificamente o seguinte:

- I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União;
- II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício;
- III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho;
- IV - matriz curricular do curso;
- V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver;
- VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional.

Mantemos também em página eletrônica própria e na biblioteca para os cursos já autorizados e que venham a ser autorizados, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações supracitadas, além dos seguintes elementos:

- I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação;
- II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;
- III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização;
- IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.

O edital de abertura do vestibular ou processo seletivo do curso, a ser publicado no mínimo 15 (quinze) dias antes da realização da seleção deverá conter pelo menos as seguintes informações:

I - denominação de cada curso abrangido pelo processo seletivo;

II - ato autorizativo de cada curso, informando a data de publicação no Diário Oficial da União;

III - número de vagas autorizadas, por turno de funcionamento, de cada curso;

IV - número de alunos por turma;

V - local de funcionamento de cada curso;

VI - normas de acesso;

VII - prazo de validade do processo seletivo.

## POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Para atendermos às Políticas de educação ambiental, conforme Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto No 4.281 de 25 de junho de 2002, definimos como forma de inserção de temáticas relacionadas com a Educação Ambiental, no ementário do curso, por meio dos componentes curriculares.

Consulte as componentes curriculares que atendem à esta temática no item Políticas institucionais no âmbito do curso.

O ementário pode ser consultado no item Estrutura Curricular Curso.

Atividades de extensão relacionadas a esta temática, também são realizadas no âmbito do curso.